



PSD p.12

Marco António Costa contactou com as comunidades portuguesas no Luxemburgo e em Paris



PSD p.15

O Secretário-Geral do PSD esteve presente no jantar de Natal dos sociais-democratas da Madeira

POVO LIVRE



nº 1808

11 de Dezembro de 2013

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD



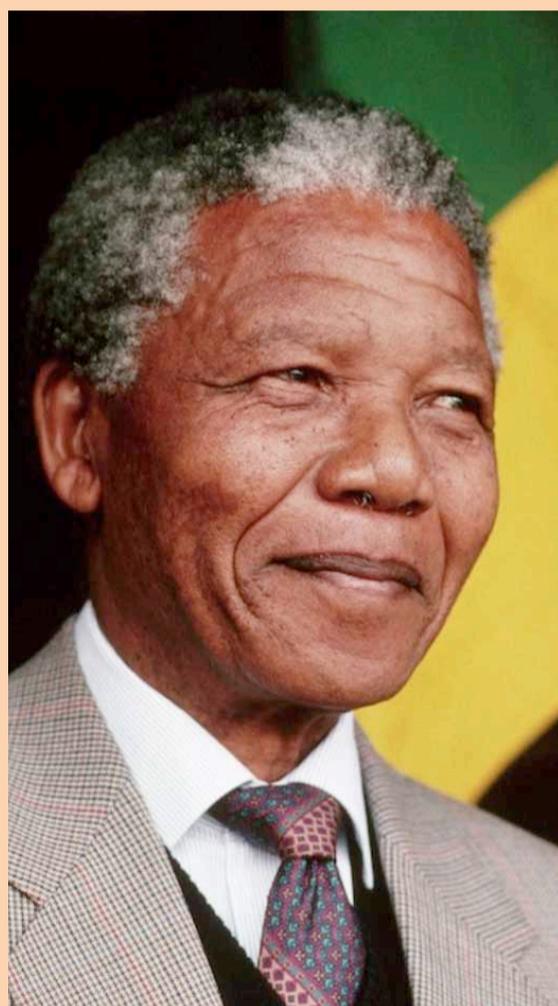
“Eu sou o capitão da minha alma”

Um homem que abalou a consciência do mundo



Editorial

Viva Mandela!



Nelson Mandiba Mandela é um herói nacional da África do Sul, elevado justamente à escala mundial. De Mandela sobressai o exemplo de uma inteira vida dedicada à luta e à resistência em favor da dignidade do ser humano, da sua igualdade, bem como do derrube de muros racistas e xenófobos.

Dois períodos da sua vida são particularmente admiráveis: os 27 anos de encarceramento, sem que Mandela tenha sucumbido ou negado os princípios por que se regeu; o período pós-apartheid, quando Mandela assume responsabilidades governativas de um Estado martirizado por anos de segregação e Mandela mostra ser um farol de tolerância e respeito pelo cidadão de uma nação que sonhou construir.

Para o mundo fica o exemplo de Mandela que cabe respeitar, procurando manter bem viva a sua memória, através dos actos e decisões que os governantes, os líderes de comunidades, os cidadãos tomem no dia-a-dia.

Miguel Santos

Congresso Nacional da Grande Idade

Passos Coelho recusa qualquer factor que ameace a protecção social



O Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho justificou no dia 7, as “escolhas difíceis” que atingem os reformados, com a necessidade de garantir a sustentabilidade dos mecanismos de protecção social, recusando que “qualquer miopia de curto prazo” os ponham em causa.

“Não vou negar que são escolhas muito difíceis. O que estamos a fazer para garantir o futuro da protecção social, a todos os níveis, corresponde de facto a escolhas difíceis para todos. Mas são indispensáveis para assegurar, com a maior equidade possível, a sustentabilidade dos mecanismos que garantem direitos de que não podemos prescindir”, justificou o Primeiro-Ministro.

Pedro Passos Coelho discursava no encerramento de um ciclo de debates sobre o envelhecimento, designado Congresso da Grande Idade, que terminou hoje na FIL, Lisboa.

O primeiro-ministro considerou que a protecção social dos que terminam a vida profissional é “merecida e inegociável”, mas apontou que os sistemas de protecção social que foram construídos ao longo dos anos “vêm agora os seus pressupostos ser questionados”.

“A sustentabilidade tornou-se, ou tem de se tornar, numa palavra-chave. Não podemos permitir que a irresponsabilidade, ou qualquer, miopia de curto prazo, ponham em causa, para o futuro, estas estruturas de segurança social de que dependem as vidas dos atuais e dos futuros reformados”, advertiu.

“É nossa obrigação salvá-las e o tempo para as salvar chegou agora”, acrescentou.

O Primeiro-Ministro disse que o Governo é forçado a agir face aos “desequilíbrios demográficos” e às “desproporções financeiras”, em nome “de um futuro que não está muito distante”.

No caso português, acrescentou, os factores que põe em causa os sistemas de protecção existentes “são agravados por uma crise económica e financeira, provocada, entre outras razões, pelo adiamento das mudanças que se impunham e pelo recurso ao endividamento generalizado”.

O Primeiro-Ministro defendeu que o propósito do Governo foi ultrapassar a crise “que forçou Portugal a recorrer ao auxílio externo”, considerando que a “exigente tarefa” permitirá, com a sua conclusão, “aumentar o leque de escolhas na abordagem” dos problemas que atingem os reformados e os idosos.

Passos Coelho advertiu que a conclusão do programa

de assistência financeira não representará por si só “o levantamento de todas as restrições” mas “será certamente um ponto de viragem e de esperança”.

Passos Coelho considerou que a “noção de envelhecimento activo” apela a “uma nova articulação de políticas públicas, mas convoca também o conjunto da sociedade civil a reconfigurar as suas instituições e as suas práticas”.

Passos Coelho defendeu que é preciso comparar experiências e soluções noutros países e participar no debate internacional sobre o envelhecimento das sociedades.

O discurso do Chefe do Governo, na íntegra

«Deixem-me começar por dizer que é com muito prazer que aqui estou para vos dirigir umas breves palavras no encerramento do Congresso Nacional da Grande Idade. A reflexão que foi feita nestes dois dias é da máxima importância. Em termos políticos e sociais, em Portugal e na generalidade dos países europeus, estamos a lidar com uma realidade nova. Nova, porque não temos qualquer precedente histórico que nos sirva de referência. Nova porque nunca fez parte integrante da reflexão tradicional em torno das dinâmicas sociais e políticas. Temos de a pensar, por assim dizer, de raiz.

Devemos estar gratos por termos esta questão em mãos. É consequência das imensas conquistas que foram feitas pela mão da ciência e da tecnologia, com reflexos na medicina e na diminuição dos riscos nas nossas vidas.

Das conquistas feitas por uma economia que soube romper com a escassez milenar que condenou a humanidade a condições materiais de vida tão duras durante séculos e séculos.

Das conquistas de uma organização política e social que se dedicou a aperfeiçoar os laços entre as gerações e a segurança que fases de vida mais vulneráveis exigem.

É, em grande medida, o resultado daquilo que aplaudimos como progresso.

O aumento da longevidade dos seres humanos é uma aquisição de um mundo construído ao longo de muitas gerações. Nessa medida, estamos a colher os frutos dos esforços dos nossos antepassados. Este é também um facto que nos permite ver melhor como uma sociedade é uma comunidade de todas as gerações – as passadas, as presentes e as futuras. É uma comunidade assente

nessa solidariedade e nesse entrelaçamento.

Mas não devemos fugir aos problemas que esta realidade, por seu turno, coloca. E não me estou a referir aqui apenas a situações tão complexas, e infelizmente cada vez mais frequentes, como a solidão e a demência, por exemplo, que são situações a requerer abordagens e respostas cada vez mais solidárias, mas também mais profissionalizadas e humanizadas, envolvendo Estado, Famílias e Terceiro Sector. Refiro-me também a problemas mais transversais e sistémicos como são os suscitados pelos fundamentos dos sistemas de protecção social que herdámos do mundo moderno. Revemo-nos aqui em modelos de sociedade que protegem todos os seus membros, e isso inclui a garantia das condições materiais de vida para aqueles que concluíram a sua vida profissional e entram numa nova fase das suas vidas. Essa protecção é merecida e inegociável. Mas os sistemas que pusemos em prática para levar a cabo a concretização desse direito vêm agora os seus pressupostos ser questionados. A sustentabilidade tornou-se, ou tem de se tornar, numa palavra-chave. Não podemos permitir que a irresponsabilidade, ou qualquer miopia de curto-prazo, ponham em causa para o futuro estas estruturas de segurança social de que dependem as vidas dos atuais e dos futuros reformados. É nossa obrigação salvá-las, e o tempo para as salvar chegou agora.

Os desequilíbrios demográficos e as desproporções financeiras forçam-nos a agir em nome de um futuro que não está muito distante. No caso português, esses factores são agravados por uma crise económica e financeira provocada, entre outras razões, pelo adiamento das mudanças que se impunham e pelo recurso ao endividamento generalizado. Não vou negar que se trata de escolhas muito difíceis. O que estamos a fazer para garantir o futuro da protecção social, a todos os níveis, corresponde de facto a escolhas difíceis para todos. Mas são indispensáveis para assegurar, com a maior equidade possível, a sustentabilidade dos mecanismos que garantem direitos de que não podemos prescindir.

Seria um erro, no entanto, olhar para a Grande Idade apenas por este prisma. A diversidade das discussões neste Congresso mostra que devemos abordar a Grande Idade de forma abrangente e integrada.

Em particular, a noção de envelhecimento activo adquire uma importância cada vez maior. Apela a uma nova articulação das políticas públicas, mas convoca também o conjunto da sociedade civil a reconfigurar as suas instituições e as suas práticas. As sociedades como um todo têm de se compreender a si mesmas de modo diferente – no plano familiar, no mundo da economia e na esfera das instituições públicas e do Estado social, mas também no universo da cultura, da tecnologia e da educação. Temos de saber integrar necessidades que se tornaram mais prementes e aspirações que no passado não eram traduzidas.

Mas o envelhecimento activo traz consigo uma promessa de enriquecimento – pessoal e colectivo. Traz consigo a reinvenção da participação económica, social e política, segundo modalidades diferentes e originais. Torna mais fluente a transmissão de conhecimentos, de valores e de perspectivas, que é, por sua vez, um mecanismo central na vitalidade da nossa sociedade e do nosso modo de vida. Significa fortalecimento das comunidades locais, mais integração social e geracional e um importante factor de coesão.

O envelhecimento das sociedades é um tema de discussão recorrente entre nós

Minhas senhoras e meus senhores, nos nossos dias o envelhecimento das sociedades é um tema de discussão recorrente entre nós. Mas, como é fácil de verificar, não é exclusivo dos países ocidentais. Parece ser uma tendência partilhada por diferentes áreas geográficas. Isso significa que temos desafios comuns e que, portanto, podemos mobilizar esforços conjugados para chegar a repostas criativas, inclusivas e solidárias. Devemos estar atentos a este debate internacional e



comparar experiências e soluções. Nesta, como noutras matérias, temos muito a ganhar em estar abertos ao que podemos aprender com os outros, ao mesmo tempo que damos os nossos próprios contributos para um debate que se vem travando até no plano europeu. Importa convocar as mais altas instâncias da própria União Europeia para a definição de políticas transversais que estejam à altura das exigências e das especificidades próprias do seu espaço geográfico e da sua realidade social.

E precisamos de distinguir com clareza as dificuldades conjunturais dos desafios estruturais. Precisamos de fazer um diagnóstico rigoroso das nossas circunstâncias nacionais em comparação com outras condições para atender aos mesmos problemas. E sobretudo precisamos de encontrar novos pontos de equilíbrio e novas respostas integradas. Nesse sentido, o nosso propósito foi, desde o início, ultrapassar a crise que forçou Portugal a recorrer ao auxílio externo. Esta exigente tarefa, que estamos a levar a cabo com o esforço de todos os portugueses, permitirá com a sua

conclusão, aumentar o leque de escolhas na abordagem deste e de outros desafios. Ninguém poderá dizer que o termo do Programa de Assistência represente por si só o levantamento de todas as restrições que hoje enfrentamos. Mas será certamente um ponto de viragem e de esperança renovada. A economia transformada que estamos a construir, e a sustentabilidade das instituições públicas que estamos a assegurar, dar-nos-ão maior margem para, de forma criteriosa, respondermos com eficácia e justiça social às necessidades da nossa comunidade. De uma comunidade de todas as gerações.

Na relação com a juventude percebemos que a idade mais avançada apresenta como trunfos a sabedoria da palavra, a fortaleza do exemplo e a profundidade da experiência. Perante as grandes mudanças que o nosso País está a levar a cabo rumo a um futuro melhor, eu diria que esses trunfos são mais preciosos do que nunca. Muito obrigado.

– Gab. PM

Na Assembleia da República

Tributo a Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa no 33º aniversário do atentado que os vitimou

No passado dia 4 o Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, considerou que uma união dos agentes políticos em torno do combate à dívida seria um bom tributo aos antigos governantes e dirigentes partidários Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa.

O chefe do executivo PSD/CDS-PP assumiu esta posição num discurso durante uma sessão evocativa de Francisco Sá Carneiro, de Adelino Amaro da Costa e demais vítimas do atentado que causou a morte, por queda do pequeno avião em que seguiam o fundador do PSD e seus acompanhantes, sobre o bairro de Camarate ao princípio da noite de 4 de Dezembro de 1980.

“Seria um bom tributo à memória de Sá Carneiro e de Adelino Amaro da Costa que pudéssemos hoje, 33 anos depois da sua morte, ter a maturidade suficiente para sabermos pôr de lado aquilo que são as diferenças de opinião política para nos juntarmos em torno daquilo que nos deve unir para futuro, que é a necessidade de impedir que a dívida mais algum dia nos possa obrigar a perder tanto da nossa autonomia, a condicionar tanto a vida dos presentes e a limitar tanto a vida e as perspectivas de futuro daqueles que nos hão de seguir”, afirmou Pedro Passos Coelho.

“Espero que essa lição possa também ser tirada nesta altura em que estamos a concluir este exercício”, acrescentou o primeiro-ministro e presidente do PSD, referindo-se à conclusão do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal, prevista para 2014.

Antes, Passos Coelho tinha defendido que este é um período em que as escolhas para o futuro devem ter em conta os acontecimentos do passado, lembrando anteriores situações de resgate financeiro nos anos 70 e 80: “Quando os trágicos acontecimentos de Camarate tiveram lugar, Portugal já tinha necessitado de recorrer duas vezes ao exterior, incluindo o Fundo Monetário Internacional, para solver os seus compromissos externos e para poder manter acesso a mercados externos para abastecimento interno”. Governava o País, em ambas as ocasiões, um destacado socialista, que parece ter-se esquecido totalmente do assunto.

“Significa isto, portanto, que se queremos retirar boas lições do passado é bom que, à parte da controvérsia legítima e natural que os partidos políticos devam confrontar entre si, possamos todos em conjunto tirar lições dessa história para que essas situações não voltem a acontecer no futuro”, defendeu.

Nesta sessão evocativa estiveram presentes, para além de membros da maioria PSD/CDS-PP, os deputados do PS Marcos Perestrello e Sérgio Sousa Pinto.

O dirigente nacional do CDS-PP e ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Pedro Mota Soares, também fez uma intervenção nesta sessão, considerando que “recuperar a mobilidade social é recuperar a memória do projecto político de Amaro da Costa e Sá Carneiro”.

Pedro Mota Soares sublinhou que Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa perderam a vida “num atentado”.

Por sua vez, o secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, que preside à X Comissão Parlamentar de Inquérito à Comissão de Inquérito à Tragédia de Camarate,



defendeu que “os portugueses têm direito de saber, de uma vez por todas, a verdade” sobre as causas e circunstâncias da queda do avião em que seguiam os então primeiro-ministro e ministro da Defesa.

“A verdade não pode e não irá prescrever”, afirmou Matos Rosa.

Falando à Imprensa

Falando à Imprensa, após a sessão, o Primeiro-Ministro afirmou que o Governo tem seguido uma estratégia consistente de regresso ao financiamento nos mercados internacionais e que está a ter bons resultados.



Segundo Pedro Passos Coelho, a operação de troca de dívida pública que vencia em 2014 e 2015 para 2017 e 2018, realizada na terça-feira insere-se nessa estratégia e permite uma “suavização” das necessidades de refinanciamento do Estado português, o que “melhora a perspectiva de Portugal regressar aos mercados”.

“Portanto, esta é uma estratégia que tem vindo a ser seguida de forma muito consistente e com bons resultados. Julgo que só a miopia partidária poderá impedir de reconhecer que este é um trabalho que tem de ser feito e que está a ser feito em condições que são boas”, declarou o Primeiro-Ministro aos jornalistas.

“Não há aqui nenhuma novidade, digamos, que nos faça reacar por uma estratégia mal sucedida de regresso a mercado”, acrescentou o chefe do executivo PSD/CDS-PP.

Questionado sobre a 10.ª avaliação do programa de resgate a Portugal, o primeiro-ministro disse que “não há nenhuma razão para ter preocupação particular” e que “será mais um exame regular que não terá a importância de outros, como foi o caso do 8.º e 9.º”.

Por outro lado, interrogado sobre uma eventual diminuição dos salários do sector privado, retorquiu que “o Governo e o Estado não cortam nos salários do privado” e “não têm nenhuma intervenção ao nível dos salários que são praticados no sector privado”, pelo que “não faz sentido” colocar essa questão.

Passos Coelho reiterou o entendimento de que “o ajustamento que do ponto de vista microeconómico foi realizado no sector privado é um ajustamento bastante acentuado, produziu-se uma forma muito rápida, muito intensa”.

O Primeiro-Ministro voltou ainda a dizer que “o Governo não discutiu no seu seio quaisquer medidas alternativas” aos cortes nas pensões pagas pela Caixa Geral de Aposentações, porque “está plenamente convencido” de que o diploma em causa respeita a Constituição.



No que respeita à dívida pública, Pedro Passos Coelho considerou que “se diz muita coisa pouco apropriada a estas operações que têm sido realizadas”.

O Primeiro-Ministro afirmou que o Governo tomou decisões “que fazem parte de um plano estratégico” que incluiu “emissões de Bilhetes do Tesouro a mais de um ano, a 18 meses”, uma “troca de Obrigações do Tesouro que se venciam no ano passado por outras obrigações que se vão vencer em 2015” e “emissões de longo prazo que já foram feitas, a cinco anos, a mais de dez anos”.

Esse plano “inclui agora esta troca de obrigações” que permite uma “suavização” das “necessidades de refinanciamento do país nos próximos dois anos, em 2014 e 2015, em que havia necessidades maiores”, completou.

Passos Coelho referiu que o Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal “termina em maio de 2014” e que o executivo tem como objetivo “não ter novo financiamento oficial”, o que torna necessário “executar uma estratégia de regresso a mercado”. - Fontes: Lusa, audiovisuais PSD

Entrevista ao “Jornal de Negócios”

“O PS negociou mal o memorando que acordou”

O Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, concedeu uma entrevista ao “Jornal de Negócios”, à jornalista Helena Garrido, na qual sustenta que “A modalidade admissível ao Estado para ajudar a economia a crescer, é contendo a despesa e criando um ambiente ‘amigo’ das empresas”

O Primeiro-Ministro diz que o programa de ajustamento que estamos quase a cumprir, enfermava, logo de início, de má calibração, ao partir de um défice irrealista. Foi isso, e não a vontade de ir além da Troika, que obrigou o Governo a adoptar medidas muito mais violentas

Integrada na celebração do 10º aniversário da edição impressa diária do Negócios, a entrevista com Pedro Passos Coelho começa no passado, para acabar com os olhos no futuro. O Primeiro-Ministro evitou o tema do programa cautelar e recusou falar da decisão do Tribunal Constitucional sobre as pensões da Função Pública

- Estamos a entrar na recta final do programa da troika. Que balanço faz? O que correu bem e o que correu mal?

- Em primeiro lugar, convém ter presente que muitos dos aspectos negativos que normalmente estão associados ao programa, em rigor devem estar mais associados ao que nos conduziu ao pedido de ajuda externa do que propriamente à aplicação das medidas que o programa continha. Por exemplo, há sectores importantes da economia portuguesa que se ressentiram fortemente ao longo da execução deste programa - é o caso da construção civil e tudo o que vive a montante e a jusante, que produziu um impacto muito forte sobre o desemprego e sobre a riqueza nacional.

Mas, em bom rigor, o que aconteceu com a construção civil não é uma consequência das medidas que tivemos de adoptar, mas resulta de um nível de insustentabilidade do próprio sector, que esteve aliado a um forte endividamento do mesmo ao longo de vários anos. Segundo aspecto, o programa de assistência estava bem desenhado, mas estava mal calibrado em domínios essenciais, que o devia fazer derrapar e - finalmente - falhar! O domínio essencial tem a ver com a base de partida para o objectivo orçamental que estava associado ao desenvolvimento do programa. Tivemos metas bastante mais exigentes do que a Irlanda, por exemplo, tendo partido praticamente do mesmo nível de défice orçamental. E perguntar-se-á, porque houve então essa diferença tão grande de fixação de objectivos? Porque a base de partida que foi definida pelo Governo quando apresentou o PEC IV - viemos depois a perceberem articulação com o BCE e a CE - partia de uma perspectiva de défice, que era fruto de invenções irrealistas, quer para o ano de 2010 quer de 2011.

- E por isso tivemos medidas de austeridade mais agressivas?

- Essas medidas tiveram de corresponder aos objectivos traçados. Durante algum tempo acusou-se o Governo de querer ser mais troikistas do que a troika

- Foi o próprio Governo a dizê-lo...

- Quando disse que seríamos mais ambiciosos do que a troika, referia-me ao objectivo estrutural e não ao orçamental. Ninguém me ouviu dizer que queria surpreender e ter um défice inferior ao fixado. O que se passou é que para atingir os objectivos negociados para o défice tivemos de encontrar medidas muito mais violentas do que as inicialmente previstas e isso deveu-se estritamente ao facto de estarmos a partir de uma base muito diferente daquela que estava inscrita no memorando

- O PS negociou mal e o PSD não o sabia apesar de ter estado nas negociações?

- Não quero fazer juízos de intenção. Prefiro fazer uma constatação. Se nos ativermos aos factos e for procurar o registo daquilo que eram as declarações do então ministro das Finanças e do próprio Primeiro-Ministro de então (José Sócrates) quanto ao défice esperado para 2010 e a



previsão para 2011 verificará que o desacerto com o que a realidade veio a confirmar não podia ser maior. Nós tivemos em 2010 um défice que rondou os 10% (9,8%) a perspectiva do Governo, anunciada à Troika, é que não chegasse aos 6,5%. Veja a diferença...

- Mas o Governo bateu-se o que devia em relação a essas metas?

- O Governo procurou desde o início mostrar que estava apostado em cumprir o programa. Se, mal tomássemos posse, tivéssemos dito que estas metas eram irrealistas e que o programa não era cumprível nestes termos, não teríamos sido levados a sério na Europa nem pelo FMI. Isso seria interpretado como uma vontade de não querer cumprir com o que o governo anterior tinha acabado de negociar. A nossa preocupação foi mostrar determinação no cumprimento do programa.

- A concretização das medidas teria sido facilitada por um acordo com o PS?

- O programa de assistência económica e financeira foi negociado pelo PS. Poderíamos ter obtido um consenso renovado com o PS para cada reavaliação que foi sendo feita? Nós teríamos gostado que isso acontecesse. Mas a partir de Setembro, Outubro de 2011, em vésperas de apresentar o primeiro Orçamento do Estado do memorando de entendimento, já o líder do PS e o PS afirmavam que era preciso renegociar o memorando no sentido de aliviar as medidas negociadas antes. Creio que este é um sinal claro da fraca intenção do PS em manter-se associado a esse memorando. E a experiência veio a revelar infelizmente que o PS preferiu colar-se às lamentações quanto às consequências do ajustamento e à dureza do ajustamento do que propriamente quanto à sua disponibilidade para manter uma linha firme de conclusão do programa. Ou seja, assinou, mas “à ligeira”. pois sabia que não era para ele que ia sobrar a execução ou “quem vier atrás, que feche a porta...”

- Faltou coragem ao líder do PS?

- Não quero fazer apreciações dessa natureza. O PS teve uma responsabilidade muito grande pela situação que culminou com o pedido de assistência externa. A digestão desta responsabilidade dentro do próprio PS não é fácil. Mas seria exigível ao PS um pouco mais de solidariedade com o Governo, que está a fazer tudo o que é possível, para concretizar o que o próprio PS negociou e deixou para nós executarmos....

- No seu balanço exclui a Europa. A abordagem da Europa à crise é a correcta?

- Já vou responder a essa questão. Ainda não disse

o que correu bem. Inquestionavelmente foi a nossa capacidade para colocar produtos e serviços no mercado internacional. Portugal viu crescer as suas exportações de 2010 a 2013 cerca de 24%. Sabemos hoje que esse é um resultado superior àquele que conheceu a Espanha, a França, a Irlanda e mesmo a Alemanha..

- Grande parte da subida das exportações deve-se à petroquímica que abriu em Sines, que tem uma elevada componente de importações...

- Há uma parte das nossas exportações que é explicada pelo sector energético. Mas é uma parte, em primeiro lugar. E em segundo lugar o que é importante aqui verificar é que em 14 ou 15 domínios importantes das nossas exportações nós conquistámos quota de mercado. O que significa que as exportações não apenas cresceram ao longo deste período, como não cresceram apenas como um certo sentido de oportunidade porque o preço ajudou, houve melhoria de qualidade, de inovação das nossas exportações, de nível tecnológico também. Estas mudanças ficarão para o futuro.

- Voltando à questão da Europa. Não a vemos presente...

- A Europa não pode estar mais presente. Desde logo porque o programa de assistência foi desenhado já institucionalmente num ambiente diferente dentro da União Económica e Monetária. Quando a Grécia precisou de pedir ajuda externa, a Europa não tinha um único mecanismo para responder a estas crises. A Europa, em primeiro lugar, criou respostas que não são definitivas, mas foram importantes para acudir a este tipo de situação. E o próprio programa português já é uma consequência disso. Em segundo lugar, a UE condiciona muito aquilo que pode vir a ser projectado para o futuro na medida em que, sobretudo para os países que partilham a mesma moeda há respostas que não podem ser encontradas isoladamente.

- Portugal sofreria menos se o BCE ou o mecanismo de estabilidade europeia intervissem quer no mercado secundário quer no primário de forma mais activa...

- Não necessariamente: o BCE sabe que há risco sistémico que só pode ser combatido com uma resposta de natureza sistémica e foi assim que nasceu o chamado OMT. O facto de até hoje não ter sido ainda utilizado, não quer dizer que não tenha produzido consequências e produziu o suficiente para evitar que Itália ou Espanha tivessem tido necessidade de recorrer a ajuda externa

- A união bancária permitirá reduzir os juros para as PME subir o crédito?

- Não tenho dúvidas, na medida em que separará o risco soberano do risco bancário. Uma parte da avaliação que os bancos fazem para o crédito que concedem é muito condicionada pelo risco soberano em que estão filiados e isso retira capacidade de mostrar uma maior efectividade na transmissão da política monetária.

“O Estado deve ajudar a economia a crescer, contendo a sua despesa”

Pedro Passos Coelho rejeita a ideia de que o Estado deve apoiar a economia investindo e aumentando a despesa. Por estar demasiado endividado, a melhor forma de ajudar é contendo a sua despesa

- Com as exigências do tratado orçamental, como é que o País vai crescer? Vamos passar de um país de construtores para agricultores? Qual é o modelo que está na cabeça do primeiro-ministro?

- A comparação é-me difícil de entender. A regra de ouro estabelece que é um compromisso do Estado com a sua despesa e não de economia. Claro que aquilo que

o Estado despende tem impacto na economia e o nosso objectivo é que esse impacto seja tão pequeno quanto possível. Sabemos sempre que é um impacto sensível e grande, mas que seja tão pequeno quanto possível.

- Mas o Estado não deve ajudar a economia a crescer? Não deve também aplicar políticas expansionistas?

- O Estado deve ajudar a economia a crescer contendo a sua despesa

- É a única maneira de ajudar?

- Nesta altura é a melhor ajuda que pode dar. Pode dar outras, como está bem plasmado no quadro financeiro plurianual, gastando bem ou ajudando a gastar bem os fundos europeus que estão à nossa disposição. Eu diria que o Estado hoje pode dar duas ajudas inestimáveis à economia: a primeira é fechar o programa de assistência económica e financeira e resolver o problema que se abriu em 2011. Essa é a primeira ajuda: não cresceremos no futuro, não melhoraremos a nossa perspectiva sobre o futuro do País, sem concluir este programa. Esse é o primeiro precioso contributo que o Estado pode dar. O segundo é, conhecendo o nível de dívida pública, uma variável muito importante. se nós tivéssemos um rácio de dívida pública de 40% ou 50%, ainda que fosse 60% do PIB, tal como consta do compromisso europeu, talvez o Estado pudesse ter políticas contracíclicas mais acentuadas, sem que isso, em todo o caso, provocasse um desequilíbrio externo sensível. Temos de atender às duas coisas: ao contributo que pode ser dado internamente e depois ao contributo externo que isso pode implicar. Mas se tivéssemos uma dívida pública significativamente menor, talvez pudéssemos discutir que outros contributos poderia o Estado dar em termos contracíclicos para o crescimento da economia. Enquanto os investidores externos não acreditarem firmemente que nós reduziremos paulatinamente o peso dessa dívida, não é possível criar investimento directo externo e investimento na própria dívida pública. O Estado não pode gastar mais, simplesmente porque a sua dívida já é demasiado elevada.

“O objectivo não é um modelo de baixos salários”

Já não há rendas excessivas e os salários no sector privado caíram “muitíssimo”. Sobre as contas públicas, Pedro Passos Coelho diz que não é possível reduzir o défice sem cortar em salários e pensões

A taxa sobre o sector energético foi um contributo para atingir a meta ambiciosa do défice público de 2014 e não para cortar rendas. No olhar sobre a execução do Orçamento deste ano, afirma que não há margem de manobra

- Há uma crítica quase geral ao Orçamento de 2014 que é: chegou tarde. Qual a sua opinião?

- A minha opinião é que chegou na altura certa. O Orçamento tem como objectivo um défice para 2014 de 4% como acordado com a troika, e as medidas permitem atingir este resultado. Esse não era o problema em 2012 ou 2013, quando tomámos outras medidas que nos permitiram atingir outros resultados.

- Um exemplo: a contribuição especial sobre a energia. Porque não avançaram antes? Entretanto caiu um secretário de Estado. Não houve hesitação excessiva do Governo?

- A questão da energia tem sido muito discutida em parte porque, também no exterior, há uma percepção de que não foi feito tudo o que devia ter sido feito para diminuir as rendas do sector energético. A nossa opinião não é essa. O que procurámos fazer, com esta taxa sobre o sector energético, tem que ver com o objectivo muito ambicioso de défice que, para ser cumprido, exigia um aprofundamento dos cortes salariais no Estado e uma atitude mais ambiciosa também sobre as próprias pensões. Fazia sentido, por uma questão de equidade, encontrar um contributo mais alargado noutros sectores, para atingir esse resultado do défice.

- O Governo não se mostrou mais disponível para “rasgar contratos com a Função Pública e reformados do que com as grandes empresas, seja no sector da energia, seja nas PPP?

- Não, pelo contrário. Há uma grande demagogia no juízo populista à volta dessa questão. Qualquer ideia que se pretenda vender ao País de que o Governo está

a impor um sacrifício exagerado aos portugueses e, em particular, aos funcionários públicos, que era completamente dispensável se tivéssemos a coragem de ir buscar o dinheiro aos ricos, pressupõe uma mentalidade que julgava já afastada do pensamento mediano em Portugal. Isso não é assim de facto.

- A ideia que se transmite é de que o Governo é forte com os fracos e fraco com os fortes.

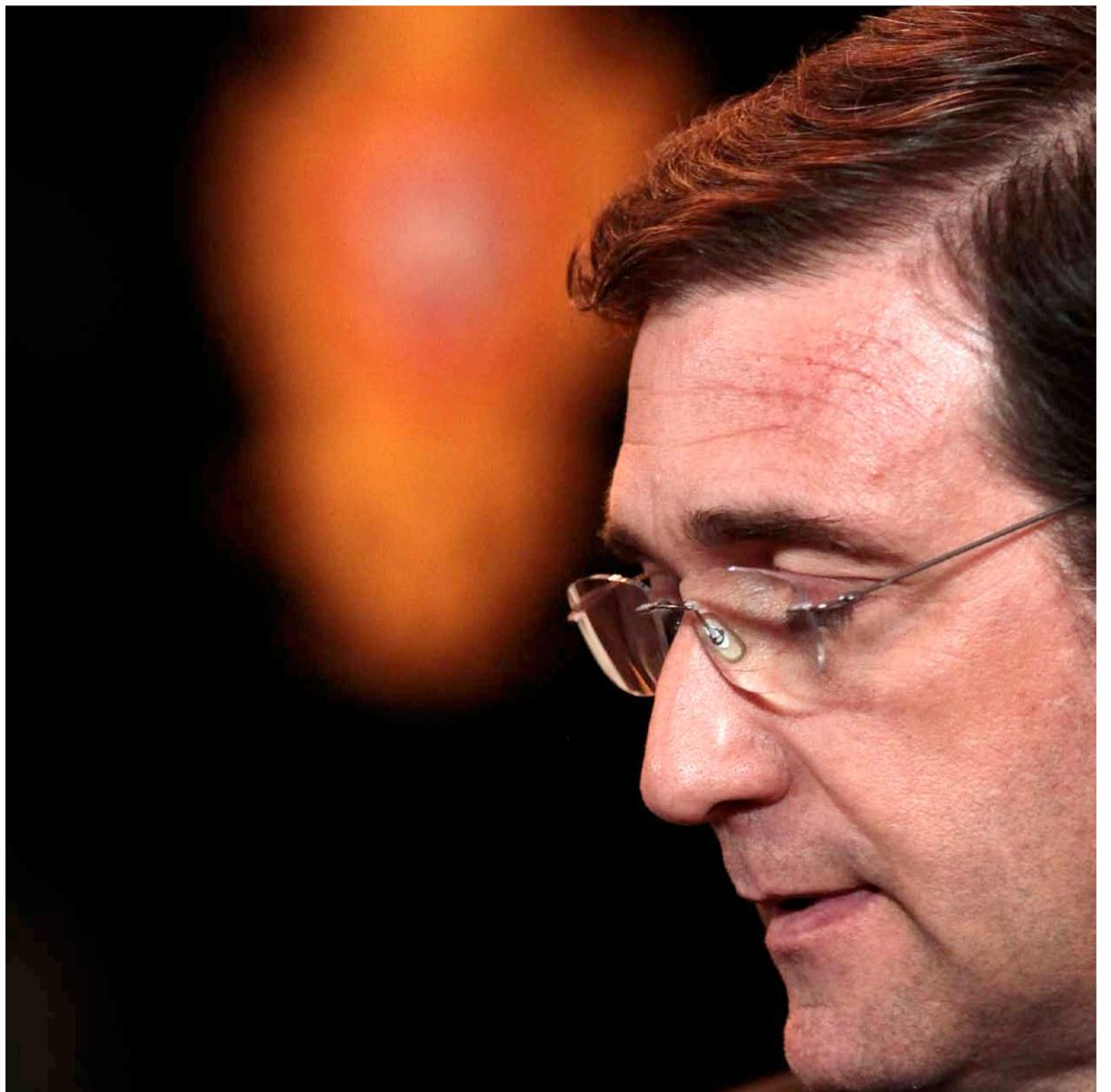
- Mas é uma ideia falsa, porque o Governo não deixou de adoptar as medidas que eram adequadas, junto de sectores que eram tidos como mais protegidos ou favorecidos, para que eles dessem também um contributo muito importante para a recuperação económica do País. Dou-lhe o caso talvez mais emblemático, com as chamadas PPP rodoviárias. Eram encargos, a cerca de 30 anos, de 23 a 24 mil milhões de euros. Reduzimos esses encargos em termos nominais em perto de sete mil milhões de euros. Foi uma redução de cerca de 33%. Isto representa muitíssimo dinheiro. Representa,

- Não há forma de fazer consolidação sem ir a salários e a pensões?

- Isso parece-me evidente. Não é possível diminuir de forma sustentada a despesa do Estado sem mexer em pensões e em salários.

O FMI insiste que os salários ainda não ajustaram no sector privado. O Governo português parece não estar de acordo. Não é essa a nossa perspectiva Entre 2011 e 2012 houve um ajustamento muito forte feito por todo o sector privado que, cálculos do Banco de Portugal, correspondeu até a uma correcção, em termos nominais, de cerca de 11% do valor dos salários. O que significa muitíssimo, tendo em conta que não temos salários elevados no sector privado. O nosso objectivo não é, com certeza, criar um modelo de desenvolvimento assente em baixos salários no futuro. Queremos é acrescentar valor. O que precisamos agora é de investimento.

- É o momento do investimento, também o disse o seu ex-ministro das Finanças. Neste contexto o que é



evidentemente, ao longo dos vários anos dos contractos, uma redução que não estamos a efectuar noutras áreas, muito menos nos salários ou nas pensões.

- Mas está a fazer o somatório de vários anos. Quando analisa é que pode comparar com os salários e com as pensões.

- Aquilo que se deve perguntar é se poderíamos nós eliminar estes encargos. Pode algum Governo dizer que, como no passado, houve governos que contrataram serviços ou projectos que o País não tinha dinheiro para pagar e, portanto, o País não os paga? Acharia compreensível que nós dissemos: “As auto-estradas que foram feitas, não deveriam ter sido feitas, portanto não as vamos pagar”?

- Até há pouco tempo dizia-se que não se podia cortar em pensões, nem em salários. E pode-se.

- Mas ninguém disse às pessoas que passariam a trabalhar de graça para o Estado. Ou que não receberiam pensões. Isso seria um absurdo, evidentemente. A questão que se põe é saber se há ou não há proporcionalidade nas medidas que estamos a adoptar. E não há dúvida de que há proporcionalidade.

que poderemos esperar? Segundo resgate, programa cauteloso ou saída à irlandesa?

- Creio que há três coisas que são importantes para sustentar o crescimento. A primeira é a reafirmação da nossa determinação em manter a nossa dívida sustentável. Não há dívida sustentável sem excedentes primários nos próximos anos. Penso que estamos a preencher essa primeira condição. Em segundo lugar, do ponto de vista plurianual, precisamos de ter uma regra que nos permita dar continuidade a esta determinação. Desse ponto de vista a posição do Partido Socialista seria extremamente importante. O líder do PS já disse que estava disponível para acertar um quadro plurianual para o crescimento da despesa primária. Não seria tão ambicioso, por causa dos estabilizadores automáticos. Mas diria que era importante ter uma regra na despesa fora do que são, por exemplo, os subsídios de desemprego, que nos habilitasse até 2017, a alcançar um determinado montante de excedente primário. Isso criaria muita confiança do lado do investidor.

- O défice orçamental poderá ser inferior ao previsto, com impacto também em 2014?

- É difícil estar a fazer uma estimativa rigorosa nesta altura. Para cumprir o objectivo do défice em 2013 contamos com a regularização extraordinária de dívida, quer à Segurança Social quer ao fisco, que não tem ainda um resultado fechado. Diria que não temos aqui grandes folgas em 2013 e não teremos seguramente folga nenhuma para 2014. A nossa perspectiva é de cumprir o objectivo deste ano. Se, por qualquer razão, o nosso desempenho for um pouco melhor em termos orçamentais do que aquele que se estava à espera, isso por via fiscal não dá, com certeza, nenhum "carry-over" positivo para 2014. Portanto não traz qualquer margem de manobra adicional para as medidas que temos alinhadas para 2014.

“Não sei se vai haver espaço” para reduzir IRS

Os impostos têm de baixar mas primeiro é preciso disciplina orçamental, diz Passos Coelho.

- Porque é que deu prioridade à baixa do IRC em vez do IRS?

- Por uma razão económica. A nossa preocupação é promover o investimento sem o qual não há crescimento da economia e do emprego. Justamente porque o Estado não está em condições de o fazer, só o sector privado o pode fazer. Começámos pelo IRC porque julgamos que essa é a forma mais sustentada de promover o crescimento da economia. Se tivéssemos optado por aliviar os impostos do lado das pessoas singulares, por exemplo, o IRS ou o IVA, tínhamos muito pouca margem, o alívio seria muito pequeno. E era errado porque o que esteve mal nos últimos anos foi pensar que a nossa economia podia crescer simplesmente a crédito e com consumo. A partir do próximo ano esperamos uma estabilização do consumo em Portugal e em anos subsequentes uma recuperação do consumo. Mas esta tem de ser obtida através do crescimento do rendimento e esse depende do nível de investimento que se venha a realizar. Só é possível distribuir mais rendimento se, em primeiro lugar, houver uma recuperação do investimento. Dito isto, mantenho o que já disse: temos uma carga fiscal muito elevada que não é sustentável no futuro. Teremos de reduzir o peso sobre as famílias, quer através do IRS, como do IVA. Mas para o fazermos teremos primeiro de ter disciplina orçamental suficiente para dispensar essa receita e permitir que ela possa ser reintroduzida na economia, seja através do investimento, pela poupança, seja através do consumo.

- Mas o objectivo é reduzir o IRS já em 2015.

- Se isso for possível. Mas não tenho assumido nenhum compromisso sobre essa matéria porque não sei se é possível baixar o IRS, que é como quem diz actuar na sobretaxa de 3,5% que ficou inserida no IRS. O que posso dizer é que não é pelo facto de haver eleições em 2015 que, se houver espaço para baixar a sobretaxa, o deixaremos de fazer. Agora não sei se vai haver espaço para isso.

“Tenho dito que não temos plano B” em 2014

Na frente económica, os riscos são mais baixos. No domínio político-institucional, Passos Coelho apenas é afirmativo em relação ao Governo que, diz, está coeso.

- Até agora não se referiu ao Constitucional. Se o TC considerar que o corte nas pensões não respeita a Constituição que riscos é que corremos?

- Não me referi ao Tribunal Constitucional porque está a decorrer a sua intervenção sobre o diploma da convergência das pensões da CGA e do regime geral da Segurança Social. Julgo que houve uma discussão bastante alargada no nosso País, quer quanto à natureza do diploma, quer quanto ao significado político das decisões do TC. Não quero, nesta altura em particular, estar a prolongar esse debate. Os riscos de execução orçamental e os riscos para fecho do programa têm sido avaliados quer do lado político e institucional, envolvendo o Governo, o TC, o Presidente da República, quer do lado da economia. Estes [últimos] têm sido minorizados na medida em que os indicadores de que vamos dispor são razoavelmente

positivos. Tirando o FMI, que continua a insistir que gostaria que nós tivéssemos um desempenho ainda melhor. O que nós temos dito é que, ao contrário do que muitas vezes se supõe, tivemos um ambiente externo mais adverso do que em ajustamentos anteriores. E mesmo assim tivemos um resultado melhor do que o esperado. Do lado da economia não vejo grandes riscos. Há alguns riscos externos: por exemplo, a situação que se está a viver em Itália, o risco de por qualquer razão não sermos capazes de fechar o projecto da união bancária com a mesma ambição que foi prometida. Do lado interno, os riscos político-institucionais são conhecidos. Não quero juntar mais nenhum elemento, tirando para dizer que me parece que o Governo tem tido um comportamento muito determinado e muito coeso que não acrescenta risco do lado político.

- O Governo tem afirmado que não tem um plano B. Isso pode estar relacionado com a dificuldade em chegar a uma alternativa que tenha o consenso nos dois partidos da coligação?

- Não há nenhum risco quanto à coesão do Governo. Nisso quero ser muito claro. As dificuldades das medidas têm que ver, não com o Governo nem com perspectivas diferentes que existam entre os dois partidos da coligação, mas com a natureza do problema que temos. Como já aqui referi, se nós tivéssemos facilidade em encontrar medidas que não afectassem salários ou pensões... Mas não temos. E esse não é um problema tipicamente português. E assim em todos os países que vivem processos de ajustamento difíceis. O que procurámos foi desenhar essas medidas de forma tão prudente e cuidada quanto possível para que um juízo favorável de constitucionalidade pudesse ser feito.

- Os portugueses, então, vão concluir que o Governo não tem um plano B.

- Mas eu tenho dito que não temos um plano B e não vou introduzir mais ruído à volta desta matéria até ser conhecida a decisão do Tribunal Constitucional. - Em nome dos interesses do País, deve o presidente pedir fiscalização sucessiva ou preventiva do OE?

- Não me vou pronunciar sobre isso. O Orçamento do Estado não é uma lei orgânica e nessa medida só depende do Presidente da República um pedido de verificação prévia de constitucionalidade. Não faz nenhum sentido estar a abrir uma discussão para condicionar a decisão do PR.

“Não vejo Rui Rio como um adversário”



Passos Coelho diz que nenhum partido é destruído por pôr o interesse do País acima do cálculo eleitoral.

Passos Coelho insiste que não governa a pensar nas eleições, mas isso não significa que não as queira ganhar. Quanto a adversários, venham eles.

- Rui Rio saltou para as páginas dos jornais. Vê-o como um adversário?

- Não, com certeza que não.

- Como olha então para Rui Rio?

- Como uma personalidade do PSD com créditos firmados, um dos nomes de referência do meu partido. Desempenhou durante vários anos funções parlamentares que foram importantes, sobretudo na área económica e orçamental. E foi depois durante 12 anos presidente da Câmara Municipal do Porto com muito sucesso. Eleito com pouca probabilidade atribuída nas sondagens na sua primeira eleição e depois com maioria absoluta nas eleições subsequentes. E que fez um mandato que foi globalmente muito bem avaliado pelos cidadãos do Porto e, de um modo geral, pelo País, que seguiu com muito interesse o trabalho que ele deixou no município do Porto.

- Seria um bom candidato presidencial para o PSD?

- Não vou abrir a discussão sobre as eleições presidenciais, ainda é muito cedo para isso. Ainda é muito cedo para falar de eleições legislativas, estamos a quase dois anos das legislativas, quanto mais de eleições presidenciais que ocorrerão em 2016. Sobre o Dr. Rui Rio ou sobre outros militantes que são figuras conhecidas do PSD, a única coisa que posso dizer é que nunca ninguém me verá a tentar diminuir nenhuma dessas figuras dentro do meu partido.

- O que é certo é que depois de se começar a falar de Rui Rio veio reafirmar publicamente que se irá recandidatar à liderança do PSD e às eleições legislativas. Pensa que poderá haver alguma contestação à sua liderança?

- Não tenho nenhuma expectativa formulada sobre isso. Diria que seria muito natural que houvesse uma avaliação dentro do PSD do que têm sido estes dois anos e que também pudessem aparecer vozes críticas. Ninguém ganha muitos pontos comigo com elogios fáceis e a dourar-me a pilula. E aqueles que me conhecem bem sabem também que tenho um certo desprezo por esse tipo de abordagem. Gosto de me rodear de pessoas que me ajudem realmente e ajudam-me aqueles que possam trazer uma crítica construtiva, uma sugestão, mesmo que suponham que ela possa não me agradar.

- Mas está a contar com adversários na sua candidatura à liderança do PSD?

- Não vou formular expectativas públicas sobre isso. Vai haver um Conselho Nacional na próxima [esta] semana que convocará as eleições directas e o Congresso. O que disse - e reafirmo - é que tenciono apresentar a minha recandidatura à liderança do PSD. Tirando isso não posso senão dizer o óbvio: as eleições estão abertas a todos.

- E pensa que tem condições para ganhar as legislativas face ao que fez ao País?

- Tenho sido duramente criticado por supostamente desprezar a dimensão partidária em detrimento da visão nacional. E por ter dito que estava disponível para perder eleições se isso fosse a consequência natural de medidas ou decisões que tivesse de tomar para - na minha visão do interesse nacional - salvar o País. A minha preocupação tem estado sobretudo em garantir que conseguimos fechar o nosso programa de ajustamento e conseguimos cumprir a nossa missão, que é a de inverter esta tendência histórica do País para fazer batota com a economia e esperar que haja sempre um salvador externo que nos resolva os nossos problemas.

- Mas tem consciência que corre o risco de destruir o PSD?

- Não acredito. Um partido que coloca o interesse do País, a avaliação que faz do interesse do País, acima do cálculo eleitoral, não pode correr o risco da extinção ou da destruição. Antes pelo contrário...

- Mas do castigo eleitoral, sim.

- Isso pode acontecer. Às vezes as pessoas não gostam do mensageiro que traz más notícias, mesmo que não seja o autor das más notícias. Às vezes acham que os que salvam uma determinada circunstância económica não têm o mesmo perfil que aqueles que devem proceder à recuperação... Quero dizer com toda a clareza que

não estou a desenvolver um programa no Governo para que o PSD caminhe para a destruição ou para a derrota eleitoral. Farei tudo o que está ao meu alcance para que o PSD ganhe as eleições legislativas. O que não vou é, por essa razão, adoptar medidas que privilegiem o resultado eleitoral em detrimento do que considero ser indispensável ao resultado económico e social do País.

“A privatização da TAP é um problema sério”

O encaixe com as privatizações supera as previsões, o que contraria a ideia de que o Governo vendeu ao desbarato as jóias da coroa

- A Caixa Seguros deverá também ser privatizada em bolsa?

- A Caixa Seguros está a ser privatizada. Estamos a poucos dias da apresentação das propostas vinculativas, por isso não vou aqui fazer nenhum ruído. Houve manifestação firme de interesse por parte de investidores externos nesse processo, e aguardaremos a apresentação das propostas. Quanto ao resto, o quadro das privatizações é conhecido e está estabilizado. Não vemos razão para alterar esse quadro. As nossas preocupações nesta altura centram-se em encontrar uma oportunidade de poder concretizar a privatização da TAP, que é um problema sério que nós temos. A companhia visivelmente não conseguirá recuperar nos próximos anos sem um processo de privatização. O Estado não tem condições para aumentar o seu capital lá e não pode transferir ajudas de Estado para a empresa, o que a impede de fazer os investimentos de que está a precisar. E isso fragiliza a situação da companhia e era muito importante que tivéssemos uma alternativa de privatização para a TAP.

- Que ainda não têm.

- Que ainda não foi possível identificar. Em segundo lugar, mantemos o nosso compromisso de avançar com as concessões na área dos transportes. E completar a consolidação de toda a rede das empresas na área das Águas de Portugal.

- Ainda quer avançar com a privatização das Águas neste mandato?

- Não se trata de privatização. Trata-se de fazer concessão de algumas das empresas, mas primeiro é preciso fazer a consolidação do sector. Uma vez consolidado, estaremos disponíveis para avançar um processo de concessão de algumas dessas empresas. Não excluimos a possibilidade de, no final desse processo, abrir a privados o capital da “holding”, mas sempre em termos minoritários. Seja como for, uma das coisas que correu muitíssimo bem neste processo de ajustamento é que superámos largamente em termos de encaixe financeiro o resultado que era estimado, o que nega aquela visão de que andámos a vender ao desbarato as jóias da coroa. Não é assim.

- Neste momento uma das críticas é de que venderam os CTT caros demais.

- Não me parece. A empresa apareceu cotada no primeiro dia ligeiramente acima do valor fechado para a operação, o que sugere que o Estado fixou bem o preço. Em contraposição, foi feita uma crítica muito severa ao governo britânico que fixou um preço demasiado baixo.

“Há provas renovadas do interesse dos angolanos”

O ruído criado em tomo das relações entre Portugal e Angola não prejudicaram os investimentos.

- O que pode dizer aos portugueses que têm negócios em Angola? Quando é que podemos esperar que as relações entre Portugal e Angola se tornem menos tensas?

- Em primeiro lugar, o relacionamento que temos tido com o governo angolano tem sido influenciado evidentemente por estas declarações que foram feitas, quer pelo Presidente da República de Angola quer pelo Sr. ministro das Relações Exteriores. Que reportam uma situação de mal-estar no governo de Angola com situações que ocorreram em Portugal, mas que não afectaram as relações directas entre os governos. Temos tido um relacionamento - tanto quanto isto se pode dizer - normal



com o governo de Angola. Em segundo lugar, do ponto de vista prático, temos sentido um interesse contínuo da parte de investidores portugueses no mercado angolano. Não sentimos que houvesse uma instabilidade grande do lado dos investidores portugueses que estão presentes no mercado angolano.

- E do lado dos investidores de Angola em Portugal?

- Também não notamos que exista uma grande perturbação do lado dos investidores angolanos cá. Temos tido provas renovadas do interesse dos capitais angolanos por empresas portuguesas e pelo mercado português e isso tem vindo a acontecer apesar de um certo ruído em termos de Comunicação Social e diplomático. Portanto tenho uma expectativa positiva que possa, com o tempo, haver uma regularização desta perspectiva sobre a relação entre os dois países e espero sinceramente que, de parte a parte, não se deixem de aproveitar as grandes oportunidades que temos. Olhando não só para o mercado de cada país, mas para os mercados adjacentes que são muito importantes, quer para investidores portugueses na África Austral, quer para investidores angolanos quando olham para o continente europeu.

“Os portugueses julgarão o que estamos a fazer”

Começa por dizer que não é dado a estas reflexões. Mas confessa que pode entristecer-se quando aquilo que faz pode não ser suficiente ou “estar além das nossas capacidades ou das nossas possibilidades”.

- Como gostava de ser recordado pelos portugueses?

- Os portugueses julgarão, com tempo, o trabalho que estamos a fazer. O que me interessa é que estou de bem com a minha consciência, pelo trabalho que venho desempenhando. E isso é muito importante porque não dormiria tranquilo por me pesar na consciência não ter feito aquilo que achasse que era indispensável fazer. Pode aquilo que faço não ser suficiente, estar além das nossas capacidades ou das nossas possibilidades e isso entristecer-me em qualquer circunstância. O que é importante é que possa estar disponível para fazer tudo

aquilo que está ao meu alcance para responder à situação muito especial que estamos a viver.

“Um País mais aberto e com mais oportunidades”

- Como imagina o País daqui a dez anos? Com mais ensino privado, com um sistema de pensões misto, com uma saúde com mais privados, com a CGD privatizada... Que modelo de País e de economia haverá?

- Gostaria que todos os nossos sonhos e esperanças, com todas essas nuances que referi, possam estar ao nosso alcance. E para que essa escolha seja possível, insisto, o que é mais decisivo é fechar este processo que estamos hoje a viver e que é a todos os títulos historicamente desafiante e único. É conhecido que tenho uma visão do meu País de uma economia mais aberta e com mais oportunidades para todos. Um País com menos sectores protegidos, com menos possibilidades de conviver com o arbítrio de natureza partidária que diminui o mérito das escolhas que são feitas, seja para as empresas públicas, seja para a Administração Pública, seja nas empresas privadas e no acesso ao financiamento bancário, que esteja mais relacionado com o nosso apelido do que com o mérito dos projectos que defendemos. Tenho uma visão da sociedade que aponta para uma distribuição das oportunidades mais equitativa, mais livre e mais justa do que aquela que tradicionalmente o País tem conhecido de há muitos anos a esta parte. E, finalmente, tenho a perspectiva de que o País possa ser ainda mais aberto ao Mundo do que é hoje. O que significa crescer mais fora do nosso mercado. O nosso objectivo é, até ao final da legislatura, atingir 45% do peso das exportações no PIB. O que significa um projecto ambicioso, de investimento directo estrangeiro muito mais significativo. Mas também de um País que tenha a capacidade de atrair muito daquilo que perdeu. Em particular massa cinzenta, gente extremamente evoluída e que teve de sair de Portugal porque aqui não encontrava oportunidades. E que possa regressar ao País juntamente com outros que nos ajudem a crescer e a distribuir melhor a riqueza que possamos gerar para o futuro. São traços muito largos, mas que indicam uma direcção e que, no fundo, é coerente com o trabalho que temos vindo a realizar nestes últimos dois anos e meio. E pronto; muito obrigado...

Conselho de Ministros de 5 de Dezembro de 2013

1. O Conselho de Ministros aprovou a alteração do regime geral das comparticipações do Estado no preço dos medicamentos e a alteração do regime da formação do preço dos medicamentos sujeitos a receita médica e dos medicamentos não sujeitos a receita médica comparticipados.

Estas alterações reajustam as medidas relativas à comparticipação de medicamentos, introduzindo procedimentos que permitam, em cada momento, aferir a mais-valia dos medicamentos que justifiquem a sua comparticipação pelo Estado português.

É, nomeadamente, determinada uma maior exigência nas demonstrações de efectividade e de valor terapêutico dos medicamentos comparticipados, promovendo maior escrutínio e racionalidade no incentivo público à sua utilização.

Adicionalmente, promove-se um limite à dedução administrativa de preço de medicamentos genéricos para efeitos da sua comparticipação, através da estipulação de um preço mínimo, sem prejuízo de reduções adicionais estabelecidas concorrencialmente.

Finalmente, procede-se a alterações no regime da formação do preço dos medicamentos, revendo as componentes fixas e variáveis das margens de comercialização, visando privilegiar a sustentabilidade do acesso a medicamentos e a prevenir distorções na disponibilização dos medicamentos mais baratos.

2. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que procede à alteração do regime legal aplicável à defesa dos consumidores, transpondo uma directiva da União Europeia relativa aos direitos dos consumidores, quanto aos contratos de consumo celebrados no estabelecimento comercial.

Procede-se, nomeadamente, ao aditamento das regras que devem ser observadas quanto ao prazo de entrega dos bens e consequência do incumprimento desse prazo, e quanto a regras a observar em matéria de transferência do risco - nos casos em que o fornecedor deva expedir os bens.

3. O Conselho de Ministros aprovou ainda a transposição das disposições da directiva da União Europeia relativa aos direitos dos consumidores, que se aplicam aos contratos celebrados à distância e aos contratos celebrados fora do estabelecimento comercial, tendo em vista promover a transparência das práticas comerciais e salvaguardar os interesses dos consumidores.

No âmbito das regras aplicáveis em matéria de informação pré-contratual, amplia-se o conteúdo da informação a disponibilizar ao consumidor, como, por exemplo, a informação sobre existência de depósitos ou outras garantias financeiras, bem como a informação sobre a funcionalidade e interoperabilidade dos conteúdos digitais.

4. O Conselho de Ministros aprovou o regime de funcionamento dos espectáculos de natureza artística e de instalação e fiscalização dos recintos fixos destinados à sua realização, bem como o regime de classificação de espectáculos de natureza artística e de divertimentos públicos, transpondo a directiva de serviços na União Europeia.

Este novo regime o agrega o quadro legal existente e, simultaneamente, simplifica os procedimentos até agora seguidos, ao consagrar a mera comunicação prévia para o início do funcionamento dos recintos de espectáculos de natureza artística e para a realização de espectáculos.

O promotor deixa de estar sujeito a autorização



administrativa para o exercício da respectiva actividade e o seu registo, efectuado no seguimento de mera comunicação prévia, passa a ser válido por tempo indeterminado, em lugar da periodicidade de três anos que estava prevista para a sua revalidação.

Por outro lado, o promotor pode submeter os elementos exigíveis, por mera comunicação, prévia, até à data de realização do espectáculo, ficando depois submetido ao mecanismo de verificação permanente dos requisitos e às sanções previstas, no diploma agora aprovado, nos casos de incumprimento.

5. O Conselho de Ministros definiu o lote de acções destinados à oferta pública de venda reservada aos trabalhadores no âmbito do processo de alienação do capital social das sociedades Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., Multicare - Seguros e Saúde, S.A., e Cares - Companhia de Seguros, S.A., e fixa em 4 anos o período de indisponibilidade a que ficam sujeitas as acções adquiridas no âmbito da venda directa.

O lote de acções reservado a trabalhadores tem por objecto acções representativas de 5% do capital social da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., ou de sociedade que suceda, total ou parcialmente, de forma directa ou indirecta, nos seus activos. Estas acções reservadas são vendidas ao preço que vier a ser fixado no âmbito da venda directa de referência, deduzido de 5%.

6. O Conselho de Ministros aprovou o prolongamento até 30 de Junho de 2014, do período fixado ao nível do enquadramento nacional dos sistemas de incentivos para o investimento às empresas.

Este ajustamento está na sequência da decisão adoptada pela Comissão Europeia, relativamente à prorrogação do período de vigência das orientações

relativas aos auxílios com finalidade regional para 2007-2013.

7. O Conselho de Ministros aprovou a alteração da forma de fixação do período de aplicação das tarifas transitórias para fornecimentos de electricidade aos clientes finais com consumos em alta tensão (AT), média tensão (MT) e baixa tensão especial (BTE).

Esta alteração visa assegurar a transição adequada dos clientes finais em AT, MT e BTE, que ainda não aderiram ao regime de mercado liberalizado, prorrogando o prazo de aplicação das respectivas tarifas transitórias, que actualmente é 31 de Dezembro de 2013, para data a definir mediante portaria do membro do Governo responsável pela área da energia.

8. O Conselho de Ministros aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e a Lei Orgânica do Ministério da Agricultura e do Mar.

9. O Conselho de Ministros aprovou uma resolução que autoriza a realização da despesa plurianual com a aquisição de serviços de execução do cadastro predial para os municípios de Paredes, Penafiel, Oliveira do Hospital, Seia, Tavira, São Brás de Alportel e Loulé, no âmbito do Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral (Sinergic).

Trata-se de uma decisão que visa ajustar atribuições no âmbito da nova orgânica do Governo, delegando no Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia a competência para a prática dos actos subsequentes necessários à execução dos contratos referidos.

10. O Conselho de Ministros autorizou a realização da despesa com a execução do Programa de Preparação Olímpica para o Rio 2016.

Este Programa foi definido num memorando de entendimento entre o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., e o Comité Olímpico de Portugal, com a celebração de um contrato-programa de desenvolvimento desportivo, para o qual é agora autorizada a despesa relativa aos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017, no montante global de 16 milhões de euros.

O encargo financeiro será satisfeito por verbas do orçamento do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.

11. O Conselho de Ministros autorizou o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P., a proceder à aquisição de serviços de comunicação de dados para os organismos que integram a Rede de Comunicações da Justiça, no período de 2014 a 2019, no valor de cerca de 17, 1 milhões de euros.

12. O Conselho de Ministros autorizou a despesa relativa à aquisição dos serviços de manutenção e reparação de aeronaves da Força Aérea, seus motores e respectivos órgãos ou equipamentos, componentes, sistemas e subsistemas associados, para o triénio 2014-2016, no montante de cerca de 10,57 milhões de euros.

13. O Conselho de Ministros aprovou a revisão da servidão militar, terrestre e aeronáutica, das zonas

confinantes com as instalações do Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea, e do aeródromo respectivo, situado na localidade da Ota, no município de Alenquer.

14. O Conselho de Ministros aprovou o reconhecimento de interesse público do Instituto Universitário da Maia - Ismai, com a natureza de instituto universitário.

Esta instituição de ensino superior privada sucede ao Instituto Superior da Maia, anteriormente reconhecido como estabelecimento de ensino superior universitário.

15. O Conselho de Ministros aprovou a declaração da empresa Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A., (ENVC) em situação económica difícil e aprovou o recurso a financiamento bancário.

Determina-se que sejam tomadas as medidas de gestão que se revelem necessárias e indispensáveis, e que as necessidades financeiras associadas ao cumprimento das medidas a implementar sejam asseguradas mediante financiamento bancário concedido à Empordef, SGPS, S.A., accionista única da ENVC, S.A., até ao montante máximo de 31 milhões de euros.

16. O Conselho de Ministros decidiu propor ao Presidente da República a nomeação do Chefe do

Estado-Maior da Armada, bem como a correspondente promoção ao posto de Almirante.

Foi ouvido o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, após audição do Conselho do Almirantado, através do Ministro da Defesa Nacional.

17. O Conselho de Ministros aprovou a designação dos membros do Conselho Directivo do IAVE, IP. Com esta designação entrará em funcionamento pleno este Instituto, cumprindo-se assim um objectivo fundamental do Programa de Governo: a constituição de um organismo autónomo e com plena independência técnica, encarregue da realização de exames e provas nacionais.

Esta designação realiza-se após o processo de constituição do Conselho Científico pelas sociedades científicas e associações de professores com intervenção nas diversas matérias curriculares do Ensino Básico e Secundário e do Conselho Geral (CG), para o qual diversas instituições, nomeadamente o Conselho de Escolas e as instituições de Ensino Superior, indicaram membros.

18. O Conselho de Ministros decidiu renovar o mandato do presidente do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável.- Gab. Cº Mºs

PSD lamenta profundamente a morte de Nelson Mandela

Morreu um homem bom, que acreditava na liberdade



O PSD – Partido Social Democrata expressa o seu enorme pesar pelo desaparecimento, aos 95 anos de idade, de Nelson Mandela, um dos grandes líderes da nossa era. Incansável lutador pela liberdade e direitos do homem, Nelson Mandela deixa ao mundo um legado de paz e crença na humanidade.

Lutador incansável, Nelson Mandela era um homem de uma enorme bondade, reconhecido com o Nobel da Paz em 1993, pela sua capacidade conciliadora e compaixão.

Neste momento de enorme perda para a humanidade, recordemos as palavras de Nelson Mandela, às quais nenhum democrata poderá alguma vez ficar indiferente: “A nossa luta pela liberdade foi um esforço colectivo. Está nas nossas mãos criar um mundo melhor para todos o que nele habitam.”

- José de Matos Rosa, Secretário-Geral PSD

Marco António Costa contactou com as comunidades portuguesas no Luxemburgo e em Paris

Marco António Costa deslocou-se ao Luxemburgo e a Paris, nos dias 7 e 9 deste mês. O coordenador permanente da Comissão Política Nacional e porta-voz do Partido Social Democrata (PSD), Marco António Costa, cumpriu nesses dias uma visita de trabalho e de contacto com empresas, instituições de solidariedade social, militantes e comunidade portuguesa no Luxemburgo e em Paris.

O programa iniciou-se no dia 7, no Luxemburgo, em que visitou, a partir das 10 horas, a Santa Casa da Misericórdia do Luxemburgo; empresas de portugueses e almoçou com jovens quadros portugueses.

Às 15 e 30 deu uma entrevista à Rádio Latina e às 19 horas esteve numa reunião com militantes do PSD do Luxemburgo, seguida de Conferência de imprensa com a comunicação social de língua portuguesa no Grão-Ducado. Luxemburgo.

No dia 8 de Dezembro, Domingo chegou a Paris, tendo assistido a uma Missa em memória do Fundador do PSD, Dr. Francisco Sá Carneiro, no 48-B, Avenida Sérurier, em Paris.

Ao meio-dia, contactou com membros e dirigentes da comunidade da Missão Católica e às 15 e 30, reuniu com militantes do PSD de Paris (sede da UMP, em Paris).

Às 17h30, deu uma Conferência de Imprensa à comunicação social de língua portuguesa e pelas 20 horas jantou com a Câmara de Comércio e Indústria Franco-Portuguesa, no Café de la Paix, na Place de l'Opera, a convite desta instituição.

Conferência de Imprensa sobre os dados revelados pelo INE e OCDE

“Portugal saiu oficialmente da recessão”

Marco António regressou a Lisboa no dia 9, de manhã e teve oportunidade de, à tarde, reunir com a Imprensa para comunicar algumas boas notícias para Portugal, nesse dia revelados pelo INE e pela OCDE. Essas duas boas notícias são relativas ao estado da Economia, confirmando que o caminho traçado pelo Governo está correcto e que os resultados são já evidentes.

A OCDE revelou os seus Indicadores Compósitos Avançados relativos ao mês de Outubro, mantendo a subida das expectativas de recuperação da economia portuguesa.

Este indicador avançado da OCDE para Portugal registou em Outubro o crescimento mais acelerado desde Abril. Outubro foi já o 11º mês consecutivo em que o indicador se situa acima dos 100 pontos.

Estes indicadores antecipam uma retoma mais forte na economia portuguesa no primeiro semestre de 2014.

Por outro lado, o Instituto Nacional de Estatística vem hoje confirmar o crescimento de 0,2 por cento da economia portuguesa no terceiro trimestre face aos três meses anteriores.

O que confirma, efectiva e definitivamente, aquilo de que já tínhamos notícia, que é a segunda variação positiva do PIB e a interrupção do ciclo de recessão, ou seja, Portugal saiu oficialmente da recessão técnica.

O PSD regista com agrado que o investimento das empresas, que cresceu em cadeia, do segundo para o terceiro trimestre, 4,77 por cento, foi o grande impulsor do crescimento do PIB registado nos dois últimos trimestres, a par das exportações e do consumo das famílias, este último agora mais equilibrado.

Como regista muito favoravelmente também, o facto de a economia ter gerado emprego nos últimos dois trimestres.



Igualmente muito significativo é o facto das exportações portuguesas já equivalerem a quase 40 por cento da geração de riqueza do País.

O que significa que estamos no bom caminho para atingir o objectivo intermédio de 45 por cento do PIB, em 2015, conforme previsto na Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e Emprego 2014-2020.

Pela primeira vez em muitas décadas, Portugal vende hoje mais do que compra ao exterior, o que significa que existe uma alteração do modelo estrutural da economia portuguesa.

Portugal vai confirmar, pelo segundo ano consecutivo, a eliminação do crónico défice externo que levou o País à bancarrota em 2011, após mais de dois anos de sucessivos e crescentes défices externos.

Este dado é, sem dúvida alguma, o reflexo mais claro das reformas até aqui efectuadas e que irá evitar mais crises económicas no futuro.

O rumo dado pelo Governo a Portugal está a demonstrar que para a economia crescer, não é preciso um Estado gastador.

E que, uma vez resolvido o problema das Finanças Públicas e controlado o endividamento, Portugal vai poder enveredar por uma estratégia de baixa de impostos para apoiar a produtividade e a competitividade do nosso país.

Os dados oficiais hoje publicados pelo INE e pela OCDE surgem no momento em que o Governo aprovou o Orçamento de Estado para 2014 que, por sua vez, prevê um crescimento de 0,8 por cento, igualmente previsto por outras entidades oficiais.

As notícias positivas sobre a economia são tanto mais importantes quando Portugal está a preparar a execução do próximo Quadro Comunitário de Apoio, no valor de 27 mil milhões de euros até 2020, que será uma alavanca fundamental para o acelerar do crescimento da economia, pelo forte contributo que trará ao desenvolvimento e fortalecimento do tecido empresarial.

O que estes indicadores vêm fazer é validar e incentivar a estratégia definida pelo Governo, que passa ainda pela Reforma do IRC, pela Reforma do Estado e pela Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e Emprego 2014-2020, um conjunto de medidas que visa dinamizar a economia e o investimento, tornando, ao mesmo tempo, o Estado mais eficiente e mais ao serviço dos portugueses.

Por tudo isto, o PSD sublinha o reconhecimento que estas e outras entidades oficiais vão dando à acção governativa, como sublinha a abordagem positiva que estas matérias têm merecido por parte dos parceiros sociais, fazendo votos para que, de forma segura e consolidada, este caminho possa continuar a ser trilhado, sem obstáculos e contratemplos.

O PSD está certo que estamos perante um novo tempo, cujos resultados irão justificar e dar sentido aos esforços dos portugueses ao longo dos últimos anos, razão pela qual se torna imperioso a participação de outros partidos e agentes políticos da nossa democracia, neste diálogo social e político. – Gab. Imp. PSD



Conselho Nacional do PSD

Eleições directas no dia 25 de Janeiro e Congresso nos dias 21, 22 e 23 de Fevereiro

O Conselho Nacional do PSD votou, na terça-feira, a realização de Eleições Directas para a liderança do partido a 25 de Janeiro e de um Congresso nos dias 21, 22 e 23 de Fevereiro.

Este foi o calendário eleitoral proposto pela Comissão Política Nacional do PSD, que levou também ao Conselho Nacional, propostas de regulamentos das Directas e do Congresso.

Na reunião num hotel de Lisboa, o Conselho Nacional do PSD, órgão máximo partidário entre congressos, aprovou ainda o orçamento do partido para 2014 e analisou a situação política actual.

Na quarta-feira passada, o Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, afirmou que não tenciona colocar o lugar de presidente do PSD à disposição no curto prazo, confirmando que vai recandidatar-se, mas considerou natural que se pense na sua sucessão.

“Eu não tenciono colocar o meu lugar à disposição no curto prazo. Tenciono, antes pelo contrário, apresentar a minha recandidatura à liderança do PSD dentro de muito pouco tempo”, declarou.

Pedro Passos Coelho foi questionado sobre este assunto a propósito da nova plataforma de debate político na área da social-democracia apresentada nesse dia, que algumas notícias associaram ao lançamento do ex-presidente da Câmara Municipal do Porto Rui Rio para a liderança do PSD.

Os Estatutos do PSD estabelecem que “os mandatos dos órgãos electivos do partido são de dois anos, contando-se a sua duração a partir da data da eleição”.

Pedro Passos Coelho foi eleito presidente do PSD em eleições directas a 26 de março de 2010 e reeleito a 3 de março de 2012.

Os congressos que elegeram as suas equipas de direcção e os restantes órgãos nacionais do PSD realizaram-se a 9, 10 e 11 de Abril de 2010 e 23, 24 e 25 de março de 2012.

Eleições para eurodeputados

Pedro Passos Coelho, no Conselho Nacional, remeteu as questões relativas à lista às eleições europeias para depois do Congresso social-democrata de 21, 22 e 23 de Fevereiro, segundo o porta-voz deste partido.

Marco António Costa transmitiu esta informação aos jornalistas em declarações à margem da reunião do Conselho Nacional do PSD, que teve início às 21 horas, depois de, à tarde, ter havido reuniões da Comissão Permanente e da Comissão Política.

Segundo o coordenador e porta-voz da direcção nacional social-democrata, nesta reunião, Pedro Passos Coelho fez um discurso “em tom optimista” e “falou de eleições europeias, para dizer que o PSD, até ao Congresso, não tem rigorosamente nada a dizer sobre listas, que as questões das listas só serão tratadas após o Congresso, com os novos órgãos eleitos”.

Na sequência da crise política de Julho deste ano, o PSD e o CDS-PP comprometeram-se a apresentar uma lista conjunta às eleições europeias de 25 de maio de 2014.

Marco António Costa adiantou que, perante o Conselho Nacional do PSD, Pedro Passos Coelho referiu “que, naturalmente, quer ele quer o doutor Paulo Portas [presidente do CDS-PP] apresentarão aos respectivos congressos o compromisso” assumido em Julho.

Por sua vez, o CDS-PP tem um Congresso marcado para 11 e 12 de Janeiro, em Oliveira do Bairro.

Desta forma, o Conselho Nacional do PSD aprovou na terça-feira a convocação de eleições directas para 25 de Janeiro e de um Congresso para 21, 22 e 23 de Fevereiro, numa reunião de três horas, em que se registou



unanimidade sem contestação.

Os conselheiros nacionais sociais-democratas também os regulamentos das directas, às quais o actual presidente do PSD e primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, se recandidatará, e do XXXV Congresso Nacional, que deverá realizar-se no Coliseu dos Recreios de Lisboa.

O regulamento das directas estabelece 17 de Janeiro como prazo máximo para a apresentação de candidaturas à liderança do PSD e de propostas de estratégia global e prevê, pela primeira vez, a possibilidade de haver uma segunda volta, a 1 de Fevereiro - uma imposição introduzida nos estatutos do partido em 2012 para o caso de nenhum candidato obter a maioria absoluta dos votos validamente expressos.

Nas directas de 25 de Janeiro, entre as 16:00 e as 22:00, os militantes do PSD elegerão o presidente do partido e, simultaneamente, os delegados ao XXXV Congresso Nacional.

A data limite definida para o pagamento de quotas pelos militantes do PSD, de que depende a inclusão nos cadernos eleitorais, e para as rectificações de militantes que se encontrem inactivos é 15 de Janeiro.

Neste momento, estão em apreciação pelo Conselho de Jurisdição Nacional do PSD processos relacionados com as eleições autárquicas de 29 de Setembro por alegada violação da norma estatutária que impede a participação em candidaturas adversárias às do partido, que determina a suspensão automática e imediata de todos direitos

de militante - incluindo, portanto, o direito de voto.

Ainda de acordo com os regulamentos aprovados na terça-feira, as inscrições de delegados, participantes e observadores ao Congresso deverão ser entregues até 07 de Fevereiro e as propostas temáticas até 12 de Fevereiro.

Numa reunião que não contou com a presença do eurodeputado e conselheiro nacional social-democrata Paulo Rangel, o presidente do PSD afirmou que a lista conjunta com o CDS-PP às eleições europeias de 25 de maio só será tratada após o Congresso de 21, 22 e 23 de Fevereiro.

Segundo Marco António Costa, Pedro Passos Coelho fez um discurso “em tom optimista” e “falou de europeias, para dizer que o PSD, até ao Congresso, não tem rigorosamente nada a dizer sobre listas, que as questões das listas só serão tratadas após o Congresso, com os novos órgãos [nacionais do partido] eleitos”.

Marco António, na sua qualidade de porta-voz do PSD, afirmou ainda aos jornalistas que a direcção social-democrata não teme nenhuma presença e deseja que todos estejam no Congresso de 21, 22 e 23 de Fevereiro para juntos festejarem o fim da ‘troika’ em Portugal.

“Não tememos que apareça ninguém. Desejamos que estejam todos presentes, que é sempre um bom momento para festejarmos em conjunto o fim da ‘troika’ em Portugal”, declarou Marco António Costa aos jornalistas, à margem da reunião do Conselho Nacional.

Antes, o coordenador e porta-voz da Comissão Política Nacional do PSD disse que “este será o Congresso de um ano muito importante para todos os portugueses”, pelo “fim do terceiro resgate” a Portugal “em pouco menos de 40 anos”.

“Todos estão convidados”, acrescentou, defendendo que “é mais uma vez o PSD a liderar o país durante vários anos de dificuldades para voltar a salvar o país”.

Para o PSD, “2014 será um grande ano” porque será o ano do “fim do resgate financeiro” a que Portugal está sujeito: “Acreditamos que no dia 17 de maio terminará a situação de falta de autonomia de gestão do nosso país.”

Marco António Costa referiu ainda que em 2014 os sociais-democratas vão empenhar-se nas comemorações dos 40 anos do 25 de Abril e dos 40 anos da fundação do PSD. “Merecerão da nossa parte uma dimensão adequada à dimensão que a dignidade destes dois eventos exige”, disse.

Quanto à escolha do Coliseu dos Recreios de Lisboa para local do XXXV Congresso do PSD, nos dias 21, 22 e 23 de Fevereiro, comentou: “O Coliseu está intimamente ligado a vários momentos históricos do PSD e tem um espaço condigno com a grandeza que prevemos para este Congresso. – Fonte: Lusa e audiovisuais PSD



Miguel Frasquilho confiante que a saída do programa de ajustamento pode acontecer “da melhor forma possível”



O PSD defendeu na terça-feira que as previsões do Banco de Portugal antevêm que a “saída do programa de ajustamento” poderá “acontecer da melhor forma possível”, embora sem adiantar esse cenário inclui um programa cautelar.

“Esta análise do Banco de Portugal permite também antever que a saída do programa de ajustamento em Junho de 2014 pode acontecer da melhor forma possível, como todos desejamos”, afirmou o deputado do PSD Miguel Frasquilho, em declarações aos jornalistas no Parlamento.

De acordo com o Boletim Económico de Inverno agora divulgado, o Banco de Portugal voltou a melhorar as previsões económicas para este ano, esperando agora uma recessão de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB), acima das perspectivas do Governo, que calcula uma contracção de 1,8%.

Questionado se a “melhor forma possível” de sair do programa de assistência é sem um programa cautelar, Miguel Frasquilho foi cauteloso, afirmando que ainda faltam “sete meses” e que os tempos que se vivem são “incertos” e ainda “muita coisa se pode alterar”.

“Mas são análises destas, projecções destas, que nos permitem acalentar a esperança que esse cenário seja o mais favorável possível”, ressaltou.

Frasquilho destacou que o boletim de inverno do banco central “revê em alta todo o cenário macroeconómico do país para os próximos três anos”, o que “significa que a vida dos portugueses irá progressivamente melhorar”.

“Enfatizo, em particular, que o Banco de Portugal acredita que as exportações vão ter um dinamismo muito forte nos próximos anos e que, ao nível da procura interna, no consumo e no investimento, há já não apenas uma estabilização, mas uma recuperação. Permito-me destacar o investimento, que é também uma componente muito importante para sustentar o crescimento das exportações e da economia”, sustentou.

“Em relação ao enorme flagelo que é o desemprego, que se mantém a níveis muito elevados, estas projecções do Banco de Portugal permitem antever perspectivas menos desfavoráveis para o mercado de trabalho, o que nos dá alento e mostra que os esforços que os portugueses têm estado a fazer, que têm sido duros, têm sido muitos, não serão, certamente, em vão” – Fonte: Lusa

O Secretário-Geral do PSD esteve presente no jantar de Natal dos sociais-democratas da Madeira

O Secretário-Geral do Partido Social Democrata (PSD), José de Matos Rosa, deslocou-se à Região Autónoma da Madeira, no passado sábado, dia 7, tendo participado, a partir das 20 horas, no jantar de Natal promovido pelo PSD Regional da Madeira, que decorreu no Centro de Conferências e Exposições da Madeira.

Como habitualmente, Alberto João Jardim fez um vibrante discurso de afirmação da social-democracia, lembrando a actual situação social e económica e aludindo à esperança que os últimos números conhecidos, permitem acalentar.

Não deixou de se debruçar sobre a necessidade de correcções de rumo, de mudanças doutrinárias que entende serem necessárias para a melhoria geral, não apenas da Madeira, mas de Portugal como Nação.

Matos Rosa foi recebido com a dignidade inerente ao seu cargo e ao que ali representava, mas para além disso, como um bom amigo e como um militante na mesma causa. – Povo Livre.



O PSD apresenta um contributo decisivo para o Estado Social



No debate da petição, da iniciativa da CGTP-IN, em defesa das funções sociais do Estado consagradas na Constituição da República, o deputado Arménio Santos começou a sua intervenção saudando as preocupações reveladas pelos peticionários. De acordo com o parlamentar, “o Estado Social é um património importante de todos os Portugueses, não tem donos ideológicos e só foi possível construí-lo graças à liberdade democrática e ao desenvolvimento económico. O PSD orgulha-se de ter dado um contributo decisivo para se atingir o padrão de políticas sociais que hoje são reconhecidas como essenciais por parte de todos os Portugueses. Aqui no Parlamento, ou no Governo, propusemos, aprovamos ou viabilizamos medidas legislativas, que são hoje os pilares do nosso modelo social. Nos domínios da educação, da saúde, da segurança social e da solidariedade, o PSD tem lá a sua marca humanista e personalista e assume-a com muita convicção. O PSD esteve na primeira linha das políticas e legislação que estão na base dos direitos e preocupações tratados nesta Petição”.

De seguida o parlamentar frisou que o PSD compreende muito bem as dificuldades e os sacrifícios que muitos portugueses estão a sofrer, devido à crise que infelizmente atinge o nosso País, mas referiu que o mesmo não poderão dizer outras bancadas, que reclamam muito e que fazem promessas demagógicas, mas que raramente assumem qualquer responsabilidade ou aprovam qualquer lei de matriz social. “Se o Estado Social estivesse dependente do apoio dessas bancadas, hoje não passaria de uma miragem”.

“O PSD está bem consciente da importância que o Estado Social tem para todas as camadas da nossa população, especialmente para os mais desfavorecidos e classes médias. Nós fomos e somos co-autores políticos do modelo social que temos e não queremos vê-lo desmantelado nem desfigurado. Por isso, tal como no passado protagonizamos avanços decisivos no sentido da sua afirmação, também agora não podemos ignorar os constrangimentos económicos e financeiros do País e que acabam por condicionar as políticas sociais”.

Cristóvão Norte considera que se fez “história no avanço da protecção dos animais em Portugal”

“Hoje fazemos história no avanço da protecção dos animais em Portugal, com propostas que criminalizam os maus tratos e o abandono dos animais de companhia”. No debate da apresentação do projecto de lei do PSD que visa alterar o Código Penal, criminalizando os maus tratos a animais de companhia, o deputado social-democrata enalteceu o papel da Associação Animal que apresentou uma petição também nesse sentido e que faz um trabalho de iniciativa cidadã absolutamente notável.

De seguida, o parlamentar enfatizou que por existir esta consciência no PSD, a bancada social-democrata decidiu apresentar um projecto de alteração do Código Penal. “E fazemo-lo no Código Penal porque este Código tem maior simbolismo, maior dignidade. E por via disto entendemos que esta obrigação se antepõe ao legislador, é um impulso que não resulta desta câmara, mas sim de muita gente que, desde 1995, se tem batido com galhardia, com espírito crítico, com muita vontade, com capacidade, para que hoje estejamos aqui e para que hoje seja um dia de comemoração por todos aqueles que defendem esta causa. Este é um corolário de justiça, um imperativo de respeito e dignidade”.

Cristóvão Norte explicou o sentido de um projecto do PSD e o seu intuito, frisando que com esta proposta abre-se uma nova página e concretiza-se uma mudança de paradigma civilizacional que valoriza o animal não pelo seu proprietário mas pelo seu calor intrínseco.



Governo regional descursa a formação no sector das pescas

O PSD/Açores acusa o governo regional de “descurar a formação na área das pescas”, um sector que vive “uma crise profunda”, mas que, nos últimos tempos “tem tido uma procura brutal das pessoas como solução para a sua situação profissional, facto a que não é alheio o assustador número de 22 mil açorianos desempregados”, avançou o deputado Luís Garcia.

O social-democrata, eleito pela ilha do Faial, frisa que, “em apenas dois anos, registou-se um aumento de 1556 profissionais no sector das pescas, ou seja, houve um crescimento de 111 por cento. Mas esse regresso à pesca não se está a fazer com pessoas qualificadas, pois mais de 50 por cento dos efectivos nos Açores têm apenas o primeiro ciclo do ensino básico, ou seja a antiga quarta classe”.

“Há uma necessidade óbvia de apostar na qualificação dos recursos humanos ligados ao sector”, diz Luís Garcia, que não encontra nos números oficiais “a preocupação e a prioridade que o Governo Regional tanto anuncia, afinal foi este mesmo governo a atribuir 161 mil euros para a formação profissional nas pescas em 2013, inscrevendo apenas 69100 euros para 2014. Uma redução de mais de 57 por cento no orçamento da região”, afirma.

“Desde 2009, a redução verificada para a formação nas pescas é de 82%. A prioridade e a preocupação do Governo Regional estão bem patentes nesses números”, explica o deputado do PSD/Açores.

Luís Garcia refere também que “a anunciada criação da Escola do Mar não vai resolver o problema, que é grave, uma vez que no curto prazo não estará em condições de prestar essa formação. Entre tantos milhões, e perante tamanha necessidade de formação exigem-se outras opções, pois o sector das pescas precisa de dignificação e de agentes qualificados”.



PSD pondera impugnar orçamento de 2014 na Câmara de Angra



As Comissões Políticas Concelhias de Angra do Heroísmo do PSD e do CDS-PP ponderam impugnar o orçamento municipal para 2014, e acusam o presidente da autarquia, Álamo Meneses, de “não cumprir a lei e a Constituição, concretamente o Estatuto do Direito de Oposição, tendo apresentado em reunião de câmara, e posto à votação, um orçamento que é ilegal. Os partidos da oposição tudo farão para que a lei seja cumprida, havendo mesmo a possibilidade de impugnar o orçamento municipal”, disse Luís Rendeiro.

Em conferência de imprensa, esta manhã, o líder da concelhia angrense do PSD fez-se acompanhar pela responsável do CDS-PP em Angra, Graça Silveira, e explicou que “os órgãos executivos das câmaras municipais estão obrigados, por lei, a consultar os partidos políticos da oposição no processo prévio de elaboração do seu orçamento. Tem sido essa a prática na câmara de Angra do Heroísmo, pelo menos, desde 2010”, lembrou.

“Ao contrário dos anteriores executivos socialistas, o actual presidente da câmara recusa-se a cumprir a lei e justifica-se com a sua maioria absoluta e sólida”, criticou Luís Rendeiro, frisando que “o PSD e o CDS-PP não entendem esta atitude, até porque no vizinho concelho da Praia da Vitória existe uma maioria socialista ainda mais sólida e o Estatuto do Direito de Oposição foi e é cumprido. Na Praia o PS cumpre a Lei; em Angra, o socialista presidente da câmara não cumpre a lei”, afirmou.

“Os vereadores da oposição não tem qualquer pelouro ou responsabilidades executivas em Angra, pelo que os partidos políticos deviam ter sido ouvidos sobre o orçamento”, acrescentou, recordando que Álamo Meneses, “no seu discurso de tomada de posse, declarou enterrar o machado de guerra, apelando ao diálogo com todos os partidos e parceiros sociais. Agora faz tábua rasa da lei e esquece as suas próprias palavras. Quem tanto apelou ao diálogo, despreza agora o diálogo e ostraciza os partidos da oposição”.

Segundo Rendeiro, “o presidente da Câmara Municipal de Angra parece esquecer-se que, neste momento, deve ser o presidente de todos os angrenses, facto que não oculta os resultados eleitorais, pois os partidos da oposição representam metade da população do concelho”, enfatizou.

O responsável pela concelhia social-democrata não entende que Álamo Meneses “possa ter tido alguma dificuldade em levar a cabo a auscultação aos partidos da oposição, que deve ser formal. São bem conhecidas as suas moradas e contatos e Álamo Meneses, quando militou no CDS-PP, frequentava certamente a respectiva sede. Essa comunicação é feita com os partidos e não com os vereadores, havendo mesmo excepção legal para os vereadores independentes, que não estão sujeitos à disciplina partidária”, concluiu.



Mota Pinto em Pombal

É NECESSÁRIA ESTABILIDADE PARA RESOLVER OS PROBLEMAS

Mota Pinto afirmou, em Pombal que é necessário estabilidade política e governativa para que os problemas sejam resolvidos.

O vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa falava numa cerimónia de boas-vindas na biblioteca municipal, no início de uma visita a Pombal, terra de que é natural.

Dirigindo-se às pessoas que enchiam o salão da biblioteca e o largo fronteiro ao edifício, Mota Pinto disse

que «servindo no Governo da Nação como posso e sei, juntamente com outros, é uma forma de servir Pombal».

Salientou, por outro lado, que a coligação que apoia o actual Governo foi constituída «numa hora grave da vida económica e política do País».

Nessa linha, realçou que a coligação governamental não tem «qualquer paralelo nos outros órgãos de soberania», porquanto —

afirmou — «É uma maioria democrática de mais de 65 por cento dos eleitores portugueses».

Frisou, ainda, que «se está a governar num ambiente de lealdade» e prestou homenagem às forças da ordem pela decisão e arrojo com que resolveram o caso da Embaixada turca em Lisboa.

Mota Pinto, que se deslocou a Pombal para encerrar a feira «Bodo-Agro/83», disse que o Estado é de-

vedor de apoios e suportes àquele conselho, designadamente no domínio das infra-estruturas e no campo social.



PSD REPUDIA TERRORISMO

O PSD manifesta a sua mais veemente indignação e repulsa em relação ao terrível e vil atentado levado a cabo contra a Embaixada da Turquia em Lisboa.

Não podemos aceitar como formas de chamada de atenção para quaisquer problemas ou reivindicações, o recurso a formas atentatórias de legalidade, a violência e o terrorismo. Acções desta natureza visam enfraquecer as instituições democráticas e merecem a condenação dos sociais-democratas e de todos os cidadãos que se identificam com os ideais de democracia, de liberdade e de fraternidade entre os homens.

O PSD manifesta o seu

pesar às famílias das vítimas inocentes.

O PSD manifesta ainda o seu apoio ao Governo pela forma como enfrentou a difícil situação, e rende a sua homenagem aos agentes da Polícia de Segurança

Pública pela sua abnegada actuação, valor e sentido de dever.

Lisboa, 27 de Julho de 1983.

A COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL

Reuniões de âmbito distrital com membros da Comissão Política Nacional

Bragança — António Capucho, dia 6 às 21.30
 Guarda — António Capucho, dia 5 às 21.30

Plenário da AR em 14 de Setembro

O plenário da Assembleia da República reunir-se-á no próximo dia 14 de Setembro pelas 15 horas a fim de:

- Eleger os deputados que farão parte dos órgãos exteriores à Assembleia da República e de delegações internacionais.
- Criar uma comissão eventual para acompanhar a situação em Timor/Leste.

Para preparar esta reunião haverá uma reunião do grupo parlamentar do PSD na véspera dia 13.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO

Publicamos neste número extractos da discussão na AR do pedido de autorização legislativa em matéria de delitos antieconómicos e contra a saúde pública e de delitos de corrupção, tráfico de influências e outras fraudes em matéria de consumo e tráfico ilícito de drogas.

(PÁGINAS 3, 4 e 5)

“Invictus”

Na morte de Nelson Mandela

Nelson Rolihlahla Mandela nasceu em 18 de Julho de 1918 na cidade de Qunu (África do Sul), filho de um dos chefes da tribo Xhosa.

Após a morte de seu Pai, Mandela passou a juventude com familiares, e fez estudos médios e superiores, formando-se em Direito na mais prestigiada universidade sul-africana, Witwatersrand, tendo-se destacado pela sua inteligência e liderança nos movimentos estudantis.

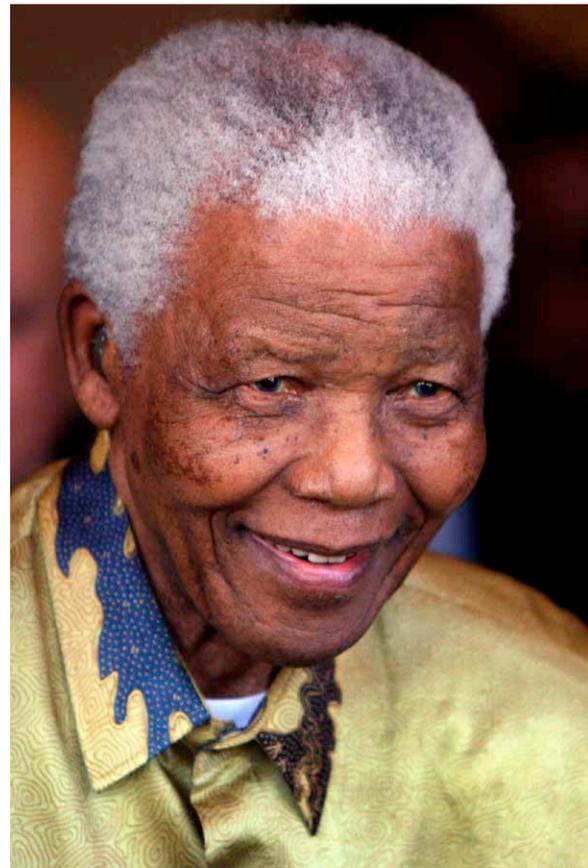
Após uma vida de luta contra o regime racista vigente na África do Sul, e quase um quarto de século de prisão, foi – mesmo no cárcere – o líder incontestado da luta do povo negro contra a segregação imposta pela “tribo branca”.

Libertado quase no fim do século XX, foi eleito presidente da África do Sul entre os anos de 1994 e 1999 e faleceu no passado dia 5, na cidade de Joanesburgo com 95 anos, nunca tendo recuperado totalmente da brutalidade dos trabalhos forçados a que esteve sujeito nos primeiros tempos da sua prisão, em Robben Island.

O apartheid, que significa “vida (ou desenvolvimento) separada”, era o regime de segregação racial existente na África do Sul, que obrigava os negros a viverem separados e a submeter-se a regras e regulamentos impostos pelos brancos que controlavam o poder, enquanto o restante da população não gozava de vários direitos políticos, económicos e sociais.

Ainda estudante de Direito, Mandela começou sua luta contra o regime do apartheid. No ano de 1942, entrou efectivamente para a oposição, ingressando no Congresso Nacional Africano (movimento contra o apartheid). Em 1944, participou da fundação, junto com Oliver Tambo e Walter Sisulu, da Liga Jovem do CNA.

Durante toda a década de 1950, Nelson Mandela foi um dos principais membros do movimento anti-apartheid. Participou da divulgação da “Carta da Liberdade”,



em 1955, documento pelo qual defendiam um programa para o fim do regime segregacionista.

Mandela sempre defendeu a luta pacífica contra o apartheid. Porém, a sua opinião mudou radicalmente em 21 de Março de 1960, quando forças policiais sul-africanas atiraram contra manifestantes negros, matando 69 pessoas, na Sul-Africana de Sharpeville, no Transvaal.

Este dia, conhecido como “O Massacre de Sharpeville”, levou Mandela a defender que o sistema só poderia

ser derrubado pela luta armada.

Em 1961, Mandela tornou-se comandante do braço armado do CNA, conhecido como “Lança da Nação”. Passou a buscar ajuda financeira internacional para financiar a luta. Porém, em 1962, foi preso e condenado a cinco anos de prisão, por incentivo a greves e viagem ao exterior sem autorização. Em 1964, Mandela foi julgado novamente e condenado a prisão perpétua por planejar acções e levantamentos armados em todo o País.

Mandela permaneceu preso de 1964 a 1990. Neste 26 anos, tornou-se o símbolo da luta anti-apartheid na África do Sul.

Internacionalmente o seu nome era a bandeira da luta anti-apartheid e mesmo na prisão, conseguiu enviava cartas para organizar e incentivar a luta pelo fim da segregação racial no país. Neste período de prisão, recebeu apoio de muitos e diversificados segmentos sociais e governos do mundo todo.

Com o aumento das pressões internacionais sobre a África do Sul (os Estados Unidos, por exemplo, ilegalizaram o comércio e o investimento na África do Sul), o então presidente da África do Sul, Frederik de Klerk, que tinha uma visão mais esclarecida sobre a situação internacional e era conhecedor da luta armada em Angola e Moçambique e das suas consequências nefastas, solicitou, em 11 de Fevereiro de 1990, a libertação de Nelson Mandela e a retirada da ilegalidade do CNA (Congresso Nacional Africano). Em 1993, Nelson Mandela e Frederik de Klerk, dividiram o Prémio Nobel da Paz, pelos esforços comuns em acabar com a segregação racial na África do Sul.

Em 1994, Mandela tornou-se o primeiro presidente negro da África do Sul. Governou até 1999, sendo responsável pelo fim do regime segregacionista no País e também pela reconciliação de grupos internos, incluindo a “tribo branca”, que ele conseguiu que não entrasse em pânico e permanecesse no País, não privando a África do Sul da sua experiência económica e financeira, que

ele entendia absolutamente necessária e que ninguém julgava possível.

A conquista do título mundial de “rugby”, considerado um “desporto de brancos” foi um dos grandes momentos de unificação dos sul-africanos.

Com o fim do seu mandato de presidente, Mandela – ao contrário da grande maioria dos “líderes” negros de África – seguiu escrupulosamente a Constituição e afastou-se da política activa, dedicando-se a causas de várias organizações sociais em prol dos direitos humanos, mantendo, no entanto, uma grande influência sobre o País, sendo o verdadeiro “Pai da Pátria”; e “a opinião de Madiba” – o seu nome familiar – era considerada decisiva na resolução de diferendos e conflitos políticos no Governo.

Recebeu muitas homenagens e provas internacionais de respeito e amizade, e o reconhecimento de sua vida de luta pelos direitos sociais e humanos de todos os Povos do Mundo. A sua bondade, a forma como deixou de lado todos os ódios e mágoas da sua sacrificada vida como prisioneiro, eram quase um lugar comum em qualquer conversação ou citação de Madiba.

Com a saúde abalada devido a complicações geradas por uma infecção respiratória, Nelson Mandela morreu em 5 de Dezembro de 2013, aos 95 anos de idade. Com sua morte o mundo perdeu uma das suas mais importantes referências históricas da luta pelos direitos humanos e contra a discriminação e o preconceito racial.

Algumas frases de Nelson Mandela

- “Sonho com o dia em que todas as pessoas levantar-se-ão e compreenderão que foram feitos para viverem como irmãos.”

- “Uma boa cabeça e um bom coração formam uma

formidável combinação.”

- “Não há caminho fácil para a Liberdade.”
- “A queda da opressão foi sancionada pela humanidade, e é a maior aspiração de cada homem livre.”
- “A luta é a minha vida. Continuarei a lutar pela liberdade até o fim de meus dias.”
- “A educação é a arma mais forte que se pode usar para mudar o mundo.”

Dia Internacional de Nelson Mandela

- A partir de 2010, começou a ser celebrado em 18 de Julho de cada ano, o Dia Internacional de Nelson Mandela. A data foi definida pela Assembleia Geral da ONU e corresponde ao dia de seu nascimento.

Mandela, além de milhares de páginas de artigos doutrinários, escreveu três livros de fundo: Nelson Mandela – “A Luta da Minha vida” (1989) – autobiografia; “Conversas que tive comigo mesmo” (2010), reflexões e doutrina e “Vencer é Possível”, de 1998, quase testamento de luta pacífica contra as desigualdades e a injustiça.

Na homenagem que lhe foi prestada, após a sua morte, estiveram chefes de estado e de Governo de muitos Países, líderes políticos e religiosos de todo o Mundo. Mandela mereceu tudo – e merece AINDA MAIS. Por nós, lembramos, como a melhor homenagem, um velho poema vitoriano, que – na prisão – , traduziu do inglês e riscou na parede com um prego, adoptando-o como lema de vida. Esse poema, havia de o enviar, manuscrito, e em vésperas do campeonato mundial de Rugby, ao capitão da equipa sul-africana, Pieter Pienaar. A última estrofe pode ser lida assim:

Não interessa que o portão seja estreito
Nem a punição que me possam aplicar
Eu sou o único dono do meu destino
Eu sou o capitão da minha alma

-----Povo Livre-----

Passos Coelho e Nelson Mandela Um “Adeus” comovido



O primeiro-ministro enalteceu, no dia 6, o exemplo de força moral, político e cívico inesquecível de Nelson Mandela, considerando que os portugueses lhe farão uma grande homenagem e garantindo uma representa-



ção ao mais alto nível do Estado nas cerimónias fúnebres.

À chegada à Casa da Música, para assistir ao concerto comemorativo dos 105 anos de Manoel de Oliveira, Pedro Passos Coelho quis dar o “testemunho pessoal e directo” da “grande homenagem” que tem a certeza que todo o povo português fará em memória de Nelson Mandela, cuja morte, aos 95 anos, foi anunciada na quinta-feira à noite pelo Presidente da República da África do Sul, Jacob Zuma.

“Trata-se de uma personalidade extraordinária, de excepção mesmo, que viveu uma vida também ela extraordinária e que representa um exemplo de força moral e de exemplo político e cívico inesquecível, que marcou seguramente o século XX e o dobrar do novo século”, disse o Primeiro-Ministro.

Interrogado sobre quem representará Portugal nas cerimónias fúnebres do ex-líder sul-africano, Passos Coelho disse não poder ainda responder a essa pergunta, defendendo que cabe “ao senhor Presidente da República a primeira palavra nessa matéria” - com quem irá falar a esse propósito -, mas não hesita em afirmar que “essa representação se fará, seguramente, ao mais alto nível do Estado, o mais natural será o Senhor Presidente da República, acompanhado pelo Ministro dos Negócios estrangeiros.

“E já transmiti à senhora embaixadora da África do Sul que o Governo português trabalhará no sentido de disponibilizar meios, juntamente com outras entidades, de natureza pública ou privada, para que todos aqueles que queiram ter a oportunidade de homenagear essa figura única que foi Nelson Mandela, o poderem fazer até que as exéquias possam ter lugar na África do Sul”, antecipou.

Na opinião do Chefe do Governo, Mandela “foi um homem que deixou a sua marca numa transição pacífica para uma sociedade mais democrática e pluralista, que recusou o apartheid por uma forma finalmente não violenta”, considerando que “sem a sua liderança provavelmente não seria possível construir uma sociedade multiétnica, como foi a África do Sul pós-apartheid, que todos vimos nascer no mundo”.

“Tenho a certeza de que esse exemplo perdurará

por muitas décadas, não apenas na memória dos vivos, mas também na galeria da História em que Mandela, seguramente, entrará”, sublinhou.

Passos Coelho revelou ainda que expressou “directamente ao Governo Sul-Africano as condolências do Governo português e do povo português”.

“E tenho a certeza de que nos dias mais próximos encontraremos todos uma maneira de expressar publicamente as nossas condolências, mas também o exemplo que sentimos e a inspiração que sentimos por aquilo que foi a sua vida e o seu legado”, disse.

A morte de Nelson Mandela, aos 95 anos, foi anunciada na quinta-feira à noite pelo Presidente da República da África do Sul, Jacob N’Zuma, motivando de imediato reacções de pesar a nível mundial.

“A nossa nação perdeu o maior dos seus filhos”, disse Jacob N’Zuma, anunciando que a bandeira sul-africana vai estar a meia-haste a partir de hoje e até ao funeral de Estado, marcado para 15 de Dezembro.

O Comité Nobel norueguês considerou hoje Nelson Mandela, que esteve preso quase trinta anos pela sua luta contra o regime “apartheid” da África do Sul, “um dos maiores nomes da longa história dos prémios Nobel da Paz”. – Fonte: Lusa e Gab. PM





Manifesto Inovação

Jaime Quesado

Na Europa volta-se a discutir a importância estratégica da Inovação. Em tempo de Crise, importa também em Portugal seguir o exemplo. Discutir e avaliar hoje a dimensão estrutural da aposta da transformação de Portugal numa verdadeira SOCIEDADE DA INOVAÇÃO é de forma clara antecipar com sentido de realismo um conjunto de compromissos que teremos que ser capazes de fazer para garantir o papel do nosso país num quadro competitivo complexo mas ao mesmo tempo altamente desafiante.

Há quinze anos a Suécia e a Finlândia, cada qual na sua identidade operacional, colhiam os primeiros resultados duma "Aposta Estratégica Transversal da Sociedade" para os paradigmas da Educação, Inovação e Conhecimento. Não basta – e nem é, aliás, a opção mais adequada – reiterar estes exemplos, e fazer dum exercício administrativo de benchmarking do sucesso destes casos a mais natural matriz de opção estratégica para o nosso país. Realidades diferentes, com actores e envolventes diferentes, implicam naturalmente lógicas de actuação diferentes e no nosso caso isso é mais do que óbvio. O exercício, mais complexo, passa naturalmente, por uma "leitura" mais completa das variáveis em jogo e por uma verdadeira "estratégia intelectual" para o país.

Os "Centros de Competência" do país (Empresas, Universidades, Centros de I&D) têm que ser "orientados" para o valor. O seu objectivo tem que ser o de induzir de forma efectiva a criação, produção e sobretudo comercialização nos circuitos internacionais de produtos e serviços com "valor" acrescentado susceptíveis de endogeneizar "massa crítica" no país. Só assim a lição de Porter entra em acção. A "internalização" e adopção por parte dos "actores do conhecimento" de práticas sustentadas de racionalização económica, aposta na criatividade produtiva e sustentação duma "plataforma de valor" com elevados graus de permanência é decisiva.

Importa fazer da Inovação o driver da mudança no território. A desertificação do interior, a incapacidade das cidades médias de protagonizarem uma atitude de catalisação de mudança, de fixação de competências, de atracção de investimento empresarial, são realidades marcantes que confirmam a ausência duma lógica estratégica consistente. Não se pode conceber uma aposta na competitividade estratégica do país sem entender e atender à coesão territorial, sendo por isso decisivo o sentido das efectivas apostas de desenvolvimento regional de consolidação de "clusters de conhecimento" sustentados.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ALFÂNDEGA DA FÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Alfândega da Fé, para reunir no próximo dia 25 de Janeiro de 2014 (sábado), na sala de reuniões da Junta de Freguesia de Alfândega da Fé, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 – Eleição dos Órgãos da Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00, juntamente com o horário da votação directa.

ALVARELHOS / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de Alvarelhos - Trofa, para reunir no próximo dia 25 de Janeiro de 2014 (sábado), pelas 16h00 no Hotel Mascarenhas, sito na Rua Florbela Espanca, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 – Eleição dos Órgãos do Núcleo

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente do Núcleo ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede da secção.

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00

CORUCHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e Regulamentos do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Coruche, para reunir, no próximo dia 19 de Dezembro de 2013, (quinta-feira) pelas 20h30, no auditório do Museu Municipal de Coruche, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1. Apresentação, discussão e aprovação do orçamento de 2014

2. Análise e discussão da situação política actual

FAFE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Fafe, para reunir, no próximo dia 14 de Dezembro de 2013, (sábado) pelas 17h00, na sede, sita na Praça 25 de Abril, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 – Análise da situação política

2 – Outros assuntos de interesse.

OVAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia da Secção de Ovar para reunir, no próximo dia 25 de Janeiro de 2014 (Sábado), pelas 16h00 na sede, sita na Rua Ferreira de Castro, 84 1.º Esq, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Eleição dos Órgãos Concelhios:

a) Mesa da Assembleia

b) Comissão Política de Secção.

Notas:

- As listas de candidatas deverão ser entregues à Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente a possa substituir, na Sede até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se

a referida Sede aberta para o efeito naquele dia, das 21h00 às 22h00 horas.

1. As urnas estarão abertas entre as 16h00 e as 22h00

PAREDES ANULAÇÃO

A Assembleia de Secção de Paredes, que reunia no próximo dia 14 de Dezembro de 2013 (Sábado), foi anulada

TROFA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção da Trofa, para reunir no próximo dia 25 de Janeiro de 2014 (sábado), na sede, sita na Rua Camilo Castelo Branco, 222, S. Martinho do Bougado, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 – Eleição dos Órgãos da Secção

a) – Mesa da Assembleia de Secção

b) Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00

VILA VIÇOSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Viçosa, para reunir no próximo dia 25 de Janeiro de 2014 (sábado), pelas 16h00, no Hotel Mascarenhas, sito na Rua Florbela Espanca, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Eleição dos Órgãos da Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na sede distrital sita na Rua Cândido dos Reis, 48 – Évora

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00

VIZELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vizela, para reunir no próximo dia 13 de Dezembro 2013 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede da Coligação Vizela é para todos, com a seguinte Ordem de trabalhos:

- 1 - Situação política;
- 2 - Moção de confiança à actual CPC
- 3 - Outros assuntos.



ARRUDA DOS VINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Arruda dos Vinhos, para reunirem no dia 11 de Janeiro de 2014, pelas 21 horas, na Sede do PSD/Arruda dos Vinhos, sita na Av. Timor Loro-Sae, em Arruda dos Vinhos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia de Arruda dos Vinhos.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Conselho Regional ou a quem o possa substituir, na Sede do PSD/ Arruda dos Vinhos, na morada supra citada, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

O acto eleitoral decorre entre as 21h00m e as 23 horas.

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Concelhia de Vila Nova de Famalicão, para reunir no dia 11 de Janeiro de 2014, pelas 18 horas, na Sede do PSD/ Vila Nova de Famalicão, sita na Rua Adriano Pinto Basto, n.º 212, Sala 114, em Vila Nova de Famalicão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleições dos Órgãos de Concelhia: Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia.

Notas:

As urnas estarão abertas das 18h00m até às 20 horas.

As listas candidatas deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa da Assembleia Eleitoral respectiva ou a quem o possa substituir, na Sede do PSD/ Vila Nova de Famalicão, na morada supra citada, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

OLIVEIRA DO BAIRRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Oliveira do Bairro, para reunirem no dia 11 de Janeiro de 2014, pelas 15h, na sede do PSD de Oliveira do Bairro, sita na Rua do Foral, 168 1º, 3770 Oliveira do Bairro, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia de Oliveira do Bairro.

Nota: As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Regional da JSD ou a quem o substitua até às 23h59 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do Acto Eleitoral da JSD.

O acto eleitoral decorre entre as 15h e as 17h.

OVAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Ovar, para reunirem no dia 11 de Janeiro

de 2014, pelas 15h, na Sede do PSD de Ovar, sita na Rua Ferreira de Castro, n.º 84 - 1º Esq., 3880-218 Ovar, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia de Ovar.

Nota: As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Regional da JSD ou a quem o substitua até às 23h59 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do Acto Eleitoral da JSD.

O acto eleitoral decorre entre as 15h e as 17h.

CONGRESSO REGIONAL DE AVEIRO

Nos termos dos Estatutos e regulamento Eleitoral da JSD, convocam-se os Plenários Concelhios da JSD Regional de Aveiro para reunir nas datas, locais e horários indicados, com a seguinte ordem de trabalho:

Ponto Único - Eleição dos Delegados Regionais ao II Congresso Regional da JSD Aveiro de 26 de Janeiro de 2014.

Nota - As listas concorrentes deverão ser entregues em duplicado na referida sede, que para o efeito se encontrará aberta, ao respectivo Presidente de Mesa do Plenário Concelhio ou a quem o possa substituir, até as 23h59 do 3º dia anterior ao ato eleitoral.

Concelhia	Dia	Hora	Morada
Águeda	11Jan13	15h-17h	Rua Joaquim Francisco Oliveira,13, 3750 Águeda
Albergaria	11Jan13	15h-17h	Rua Padre Matos, Ed. Amazonas,4 R/C Esq 3850 Albergaria-a-Velha
Anadia	11Jan13	15h-17h	Alameda dos Bombeiros Voluntários (S/n, por cima da pastelaria Riviera)
Arouca	11Jan13	15h-17h	Sede da FADJA Urb. De São Pedro 4540-909 Arouca
Aveiro	11Jan13	15h-17h	Avenida Dr. Lourenço Peixinho, 177- 1, 3800-167 Aveiro
Castelo de Paiva	11Jan13	15h-17h	Rua D. Teresa Taveira, Sobrado, 4450-151 Castelo Paiva
Espinho	11Jan13	15h-17h	Rua 22, n.º 399A 3500-268 Espinho
Estarreja	11Jan13	15h-17h	Rua Jornal de Estarreja,109, 3860 Estarreja
Ílhavo	11Jan13	15h-17h	Av. 25 de Abril Ed. Iliabum 3830 Ílhavo (Sede PSD)
Mealhada	11Jan13	15h-17h	Av. 25 de Abril, Lote B, Loha P 3050-334 Mealhada
Murtosa	11Jan13	15h-17h	Praça Jaime Afreixo,n.º6-A 3870-224 Pardelhas Murtosa
Oliveira de Azeméis	11Jan13	15h-17h	Rua Soares de Bastos, 150b 3720-319 Oliveira de Azeméis
Oliveira do Bairro	11Jan13	15h-17h	Rua do Foral, 168 1º, 3770 Oliveira do Bairro
Ovar	11Jan13	15h-17h	Rua Ferreira de Castro,84 1º Esq. 3880-218 Ovar
Santa Maria da Feira	11Jan13	15h-17h	Rua dos Descobrimentos, 18 4520 Santa Maria da Feira
São João da Madeira	11Jan13	15h-17h	Av. Renato Araújo,182 Loja CG 1ªA 3700-240 São João da Madeira
Sever do Vouga	11Jan13	15h-17h	Rua do Casal, 27 1ºdto 3740-270 Sever do Vouga
Vagos	11Jan13	15h-17h	Rua Cândido Reis, 440 R7C Dt. Vagos
Vale de Cambra	11Jan13	15h-17h	Avenida Camilo Tavares de Matos, 1º andar, 3730 Vale de Cambra

CONGRESSO REGIONAL DE AVEIRO

Nos termos dos estatutos do Regulamento Eleitoral da JSD, e do Regulamento do II Congresso Regional da JSD Aveiro, convoca-se o Congresso Regional da JSD Aveiro com a ordem de trabalhos e normas eleitorais constantes no Regulamento do II Congresso Regional da JSD Aveiro, a decorrer na Área Social e de Negócios, do Eco Parque Empresarial de Estarreja.

Nota: As listas devem ser apresentadas até as 23h59 do 3º dia anterior ao da realização do Congresso Regional ou a quem este delegar o possa substituir, nos termos do disposto no Regulamento Eleitoral da JSD e no art.º 20º do Regulamento do II Congresso Regional da JSD Aveiro, na sede do PSD Distrital Aveiro, sita na Rua D. Manuel b. de Vasconcelos, n.º28, 3810-498 Aveiro.

REGULAMENTO DO II CONGRESSO REGIONAL DA JSD AVEIRO

CAPÍTULO 1 – DO PRESENTE REGULAMENTO

Art.º 1

(Objecto)

O presente Regulamento visa dar cumprimento ao disposto nas alíneas a) e b) do Artº 3 do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Regionais, disciplinando o funcionamento do II Congresso Regional da JSD Aveiro.

Art.º 2

(Definição)

O Congresso Regional é o órgão máximo representativo de todos os militantes da JSD, inscritos na circunscrição territorial regional (anteriormente designada distrital).

CAPÍTULO 2 – DO CONGRESSO REGIONAL E SEUS MEMBROS

Art.º 3

(Competências)

É da responsabilidade do Congresso Regional:

a) A eleição da Mesa do Conselho Regional (em Congresso designada por Mesa do Congresso) bem como da Comissão Política Regional

b) A definição da política e linhas gerais de actuação dos órgãos regionais, através da aprovação de moções de estratégia global e de moções sectoriais.

Art.º 4

(Composição e Direitos de Voto)

1 - Compõem o Congresso Regional, com direito a voto

a) O Presidente e o Secretário-Geral da Comissão Política Regional;

b) Os Presidentes das Comissões Políticas Concelhias regularmente eleitas e em exercício de funções, com a possibilidade de delegação prevista na al. b) do Art.º 27 do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Regionais, exercida mediante entrega da respectiva acta à Mesa do Congresso Regional até ao início dos trabalhos.

c) Os representantes das estruturas residenciais, em número que terá em conta o quadro seguinte e a

quantidade de militantes da Região à data da publicação da convocatória. O quadro confronta os militantes da Região com o total de delegados residenciais a ratear pelas concelhias. Será atribuído um delegado por concelhia, se preenchidos os requisitos estatutários para tal, sendo os restantes distribuídos proporcionalmente, por método de Hondt, pelas concelhias:

Até 1000 militantes – Número Fixo de 50 delegados
 Entre 1000 e 2500 militantes – Número Fixo de 80 delegados
 Entre 2500 e 5000 militantes – Número Fixo de 110 delegados
 Mais de 5000 militantes – Número Fixo de 140 delegados

2 – São ainda membros do Conselho Regional, ainda que sem direito de voto:

- A Mesa do Conselho Regional, que será também a Mesa do Congresso Regional;
- Os membros da Comissão Política Regional;
- Os membros do Conselho Regional mencionados nas als. e), f), g), h), i), j), k), l) do Artº 4 do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Regionais.

3 – A qualidade em que um Membro participa no Congresso Regional é imutável durante o decurso do mesmo.

4 – Competirá à Mesa do Conselho Regional verificar a existência do quórum, designadamente verificando a qualidade dos presentes.

Art.º 5

(Eleição de Delegados Residenciais e Elaboração do Rateio)

1 - A eleição dos Delegados Residenciais atribuídos a cada Concelhia através da aplicação do Método de Hondt após atribuição automática de 1 delegado a cada Concelhia cujos órgãos se encontrem regularmente eleitos e em funções, rege-se pelo disposto no Regulamento Eleitoral com as seguintes ressalvas:

- As eleições dos Delegados são marcadas pela Mesa do Conselho Regional e convocados pelo seu Presidente, preferencialmente ouvindo para esse efeito as Mesas de Plenário Concelhias quanto ao local e horário;
- Os actos eleitorais deverão ocorrer com a maior simultaneidade possível;
- Até ao 5º dia posterior à publicação das convocatórias, o Presidente da Comissão Eleitoral Independente da JSD remeterá à Mesa do Conselho Regional a indicação do número de militantes de cada concelhia da região.
- Com base nesta indicação, a Mesa procederá ao rateio pelas concelhias e, até ao décimo dia posterior à publicação da convocatória, comunicará ao Presidente da CEI da JSD e às Mesas dos Plenários Concelhios o número de delegados a eleger em cada concelhia, admitindo-se para este efeito o uso dos meios de comunicação electrónica oficialmente inscritos nos serviços da JSD.
- Caso alguma concelhia não proceda à eleição dos seus delegados por qualquer motivo serão os seus delegados redistribuídos tendo por base o mesmo critério.

Art.º 6

(Direitos dos Membros)

Constituem direitos dos Membros do Congresso Regional:

- Apresentar requerimentos, propostas e moções sectoriais;
- Apresentar moções de estratégia global nos termos do Presente Regulamento;
- Interpelar e pedir esclarecimentos à Mesa do Congresso;
- Participar nas discussões e votações;
- Interpelar os órgãos Regionais;
- Usar do direito de resposta, quando visados;
- Apresentar declaração de voto por escrito, para constar em acta, exceptuando-se tal prerrogativa relativamente às abstenções

Art.º 7

(Deveres dos Delegados)

Constituem deveres dos Conselheiros:

- Comparecer ao Conselho Regional com pontualidade e proceder à sua inscrição/credenciação;
- Participar nas votações;
- Respeitar a dignidade do Conselho Regional e dos seus membros;
- Observar a ordem e a disciplina fixadas no Regulamento e acatar a autoridade do Presidente da Mesa do Congresso Regional ou de quem o substitua nessas funções;
- Contribuir pela sua diligência, para a eficácia dos trabalhos e o prestígio do Conselho Regional, e em geral, para a boa imagem da JSD.
- Abster-se do uso de expedientes dilatatórios, ou requerimentos extemporâneos, inapropriados ou desproporcionais

Art.º 8

(Participantes e Observadores)

1 - O Conselho Regional, a requerimento da CPR ou do próprio, poderá conferir o estatuto de participante a militantes ou personalidades, cuja intervenção nos trabalhos considere relevante, nomeadamente membros de órgãos e estruturas de apoio à CPR e Presidentes de Associações Académicas ou de Estudantes da Região.

2 - A qualidade referida no número anterior pode ser atribuída no todo ou em parte das reuniões e confere aos visados o direito ao uso da palavra.

3 - O Conselho Regional poderá igualmente admitir a presença de observadores sem direito ao uso da palavra.

CAPÍTULO 3 – DOS TRABALHOS

Art. 9

(Data e Hora)

O II Congresso Regional da JSD Aveiro, decorrerá no dia 26 de Janeiro em Estarreja, no Área Social e de Negócios do Eco parque Empresarial, com início às 10h00 da manhã.

Artº 10º

(Quórum)

1 - O Congresso Regional reunirá à hora marcada desde que se encontrem presentes mais de metade dos seus membros ou meia hora depois da hora marcada com a presença de qualquer número de membros.

2 - A existência de eventuais interrupções ou pausas por necessidades alimentares, de descanso ou manutenção da ordem, não implicam nova verificação de quórum.

3 - Não é admitida a delegação de poderes para nenhum efeito ou qualquer forma de substituição, mesmo que parcial.

4 - Exceptua-se do exposto o caso da substituição de um Delegado pelo membro seguinte da lista (ou suplente), desde que comunicada à Mesa do Conselho Regional até ao início da abertura das urnas.

Artº 11

(Funcionamento)

O funcionamento do Congresso Regional, em tudo o que não contrarie a sua natureza ou o Presente Regulamento rege-se pelos termos que regulam os Conselhos Regionais.

Artº 12

(Ordem de trabalhos)

- Abertura e Boas vindas;
- Apresentação e discussão das moções sectoriais
- Apreciação do mandato Regional – 2012/2014
- Apresentação das moções de estratégia global e candidaturas
- Eleição dos órgãos Regionais mandato 2014/2016 e aprovação da moção de Estratégia Global (urnas abertas entre as 16 e as 18 horas)
- Votação das moções sectoriais e aprovação dos militantes honorários
- Tomada de Posse dos órgãos, após apuramento e publicitação dos resultados
- Encerramento

Artº 13º

(Uso da Palavra)

A palavra será concedida aos Conselheiros para os seguintes efeitos:

- Apresentar propostas e moções, dispondo de um máximo de dez minutos, e de mais cinco minutos no fim da discussão;
- Exercer o direito de resposta, sem exceder os três minutos;
- Participar nos debates, tendo direito a cinco minutos de intervenção;
- Interpelar os órgãos regionais;
- Invocar o Regulamento e interpelar a Mesa;
- Apresentar requerimentos, protestos, contra-protestos e formular votos;
- Apresentar recursos, sem exceder os três minutos;
- Pedir ou dar esclarecimentos, sem exceder os três minutos.
- A Mesa retirará a palavra ao orador que ultrapasse o tempo limite ou que desrespeite o Regulamento, e ainda quando o discurso se torne ofensivo ou se desvie do objecto do pedido de uso da palavra.
- A Mesa pode restringir o tempo dos oradores de forma equitativa, tendo em consideração o tempo disponível.

Artº 14

(Competências do Presidente da Mesa)

Compete ao Presidente da Mesa:

- Presidir ao Congresso Regional, declarar a sua abertura, suspensão e encerramento e dirigir os respectivos trabalhos;
- Admitir ou rejeitar requerimentos, propostas e moções, verificada a sua regularidade regimental, sem prejuízo do direito de recurso para o Conselho Regional;
- Conceder a palavra aos Conselheiros e aos Participantes;
- Colocar à discussão as propostas e as moções admitidas;
- Colocar à imediata votação, todos os requerimentos admitidos;
- Manter a ordem durante os trabalhos, podendo para isso tomar as medidas que entender por convenientes, designadamente advertindo o orador que esteja fora de ordem ou retirando-lhe a palavra;
- Assegurar o cumprimento de todas as disposições legais, bem como decisões do Congresso Regional ou da sua Mesa.

Artº 15º

(Competências dos Vice-Presidentes da Mesa)

Compete aos Vice-Presidentes:

- Substituir o Presidente na sua ausência ou impedimento;
 - Coadjuvar o Presidente no desempenho das suas funções;
 - Desempenhar as funções que lhe sejam delegadas.
- Artº 16º
- (Competências dos Secretários da Mesa)
- Compete aos Secretários:
- Proceder à conferência das presenças, assim como verificar o quórum e registar as votações;
 - Organizar as inscrições dos Membros ou Participantes que pretendam usar da palavra;
 - Fazer as leituras indispensáveis dos documentos, durante as reuniões;
 - Ajudar os restantes membros da Mesa no desempenho das suas funções;
 - Servir de escrutinador;
 - Elaborar as actas.

Artº 17º

(Moções de Estratégia Global)

1 - Os candidatos a Presidente da Comissão Política Regional – e apenas estes - de-

vem no mesmo prazo de apresentação das candidaturas submeter Moção de Estratégia Global por si subscrita em nome individual ou da lista que representa, onde constem o seu Programa, Linhas Gerais de Actuação, Prioridades e Princípios ou outros elementos que o Subscritor entenda fazer constar.

2 - Não há requisitos de forma ou limitações de qualquer natureza ao conteúdo destas Moções.

3 - As moções de Estratégia Global poderão ter um título, sem que tal seja obrigatório, e a sua identificação pode incluir referência a uma lista ou lema ou localidade.

4 - Considera-se aprovada a Moção de Estratégia Global da lista mais votada à Comissão Política Regional.

Artº 18º

(Moções Sectoriais)

1 - As moções sectoriais dizem respeito a temas específicos, regiões em concreto, eventos ou problemáticas políticas cujo tratamento possa ser individual e autónomo e poderão ser subscritas e apresentadas por qualquer membro do Congresso Regional, estando vedadas portanto aos participantes ou observadores.

2 - Se aprovadas, e não contendendo com a Moção de Estratégia Global vencedora, as moções sectoriais devem ser entendidas pela Comissão Política Regional vencedora como orientações do Congresso Regional, a executar nos moldes possíveis.

Artº 19º

(Apresentação e Poder de Disposição sobre as Moções Sectoriais)

Os subscritores de moções sectoriais poderão indicar quem fará a sua apresentação e poderão retirar as Moções até ao momento em que se inicie a votação das mes-

mas, acontecendo o mesmo no caso de se tratar de Moções de autoria de Comissões Políticas Concelhias.

Artº 20º

(Candidaturas aos órgãos Regionais)

Devem ser apresentadas até às 23.59 horas do 3º dia anterior ao da realização do Congresso Regional, nos termos do disposto no Regulamento Eleitoral da JSD.

CAPÍTULO 5 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artº 21º

(Lacunas)

A integração de lacunas, bem como a resolução das dúvidas suscitadas pela interpretação de qualquer norma do presente Regulamento, far-se-á recorrendo, em primeiro lugar, à analogia com as disposições dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Nacional dos Conselhos e Congressos Regionais, em segundo lugar ao normativo do PSD e em terceiro lugar à lei geral subsidiariamente aplicável.

Artº 22º

(Entrada em vigor)

O presente regulamento entra em vigor imediatamente com a sua aprovação e respectiva publicação em Povo Livre.

Aprovado pelo Conselho Regional da JSD Aveiro, em Oliveirinha, 8 de Dezembro de 2013

AVISO

Informamos os nossos militantes e leitores que, dada a época natalícia, o último “Povo Livre” de 2013 sairá a 23 de Dezembro. Atendendo à curta distância que nos separa das próximas eleições directas, e sequente Congresso Nacional, assim como à necessidade de cumprimentos dos prazos regulamentares, as convocatórias devem ser enviadas aos serviços da Sede Nacional até às 18h00 de sexta-feira, dia 20 de Dezembro de 2013.